

15
2
74

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Edital — Concorrência n. 005/74

PÁGINA: 4 (2º Caderno)

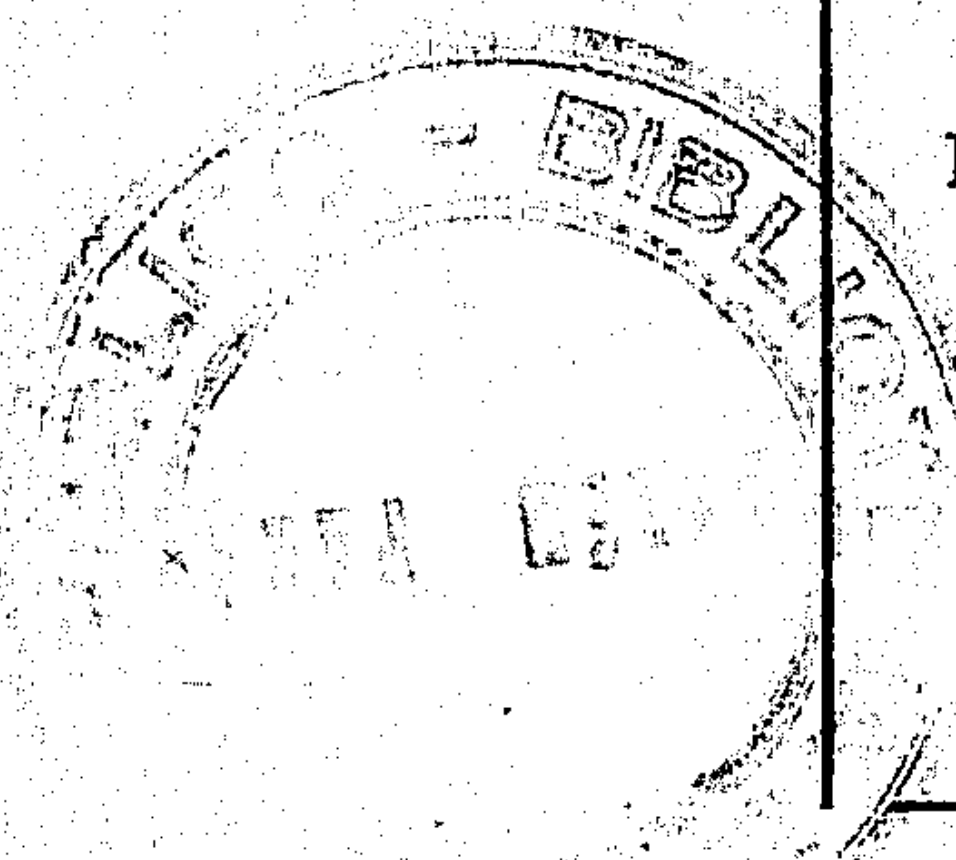
GOVERNADOR DO ESTADO
Eng.º FERNANDO JOSÉ DE LEÃO GUILHON

VICE-GOVERNADOR
Cel. NEWTON BURLAMAQUI BARREIRA

SECRETARIA DE ES.
TADO DE AGRICUL
TURA

Editais — Compra de
Terras

(D. Oficial)



FUNDAÇÃO DO BEM
ESTAR SOCIAL DO
PARÁ

Contrato Particular

(D. Oficial)

República Federativa do Brasil

ESTADO DO PARÁ

DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXXII — 84ª DA REPÚBLICA — Nº 22.716

BELEM — SEXTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 1974

SECRETARIADO

Gabinete Civil — Des. DELIVAL DE SOUSA NOBRE,
respondendo

Gabinete Militar — Ten. Cel. JOSÉ AZEVEDO BAHIA
FILHO

Governo — Deputado ANTONIO AMARAL

Interior e Justiça — Dr. ODO LÚVERO CARNEIRO
DE AMORIM

Fazenda — Dr. CARLOS ALBERTO BEZERRA
LAUZID, em exercício

Viação e Obras Públicas — Eng.º OSMAR PINHEIRO
DE SOUZA

Saúde Pública — Dr. OCTÁVIO BANDEIRA CASCAES

Educação — Prof. JONATHAS PONTES ATHIAS

Agricultura — Eng.º Agr.º EURICO PINHEIRO

Segurança Pública — Cel. Exerc. EVILÁCIO PEREIRA

Consultor Geral — Dr. SÍLVIO AUGUSTO DE BASTOS
MEIRA

Procurador — Dr. ALMIR DE LIMA PEREIRA

Serviço Público — MARIA DE NAZARETH DA S.
BRANDÃO, em exercício

RESUMO DESTACADO

ATA DA ASSEMBLÉIA

G E R A L EXTRAOR.

DINARIA

Da Agropecuária Arco.

Iris S.A.

—xxxxx—

RELATÓRIO DA DIRE.
TORIA

BALANÇO GERAL E DE.

MONSTRAÇÃO DA RE.

CEITA E DESPESA, em

31 DE DEZEMBRO DE

1973

Da Associação Berço de

Belém

TABELA NUMERICA
DE PESSOAL EXTRANU.
MERÁRIO (DIARISTA),
EXERCÍCIO DE 1974

Da Secretaria de Estado
da Fazenda

—xxxxx—

RELATÓRIO DA DIRE.
TORIA

BALANÇO GERAL E DE.

MONSTRAÇÃO DA CON.

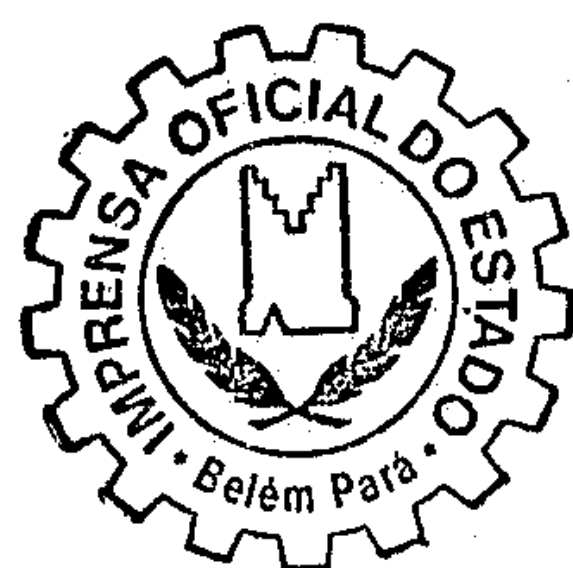
TA DE LUCROS E PER.

DAS, EM 31 DE DEZEM.

BRO DE 1973

PARECER DO CONSE.
LHO FISCAL

Da Aso Metal S.A.



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

**Diretoria, Administração
Redação e Oficinas:**
Av. Almirante Barroso, 735
Belém-Pará

FONES:
Gabinete do Diretor 26-0858
Diretoria de Administração 26-1196

**Chefia do Expediente
e Redação 26-0859**

Diretor-Presidente
Dr. FERNANDO FARIAS PINTO

**Diretora de Documentação
e Divulgação**
Profa. EUNICE FAVACHO DE ARAÚJO

Chefe da Redação e Revisão
RAIMUNDO WALDIR BATALHA
LOBAO

TABELA DE ASSINATURAS E PUBLICAÇÕES

Na Capital	Cr\$	Vendas de D.O.	Cr\$
Anual	300,00	N.º atrasa- do ao ano,	
Semestral .	150,00	umenta . .	0,70
N.º avulso..	1,50	Publicações	
Outros Es- tados e Mu- nicípios		Página co- mum, cada centímetro .	7,50
Anual	600,00	Página de Contabilida- de - preço	
Semestral .	300,00	fixo	800,00

MATÉRIA PARA PUBLICAÇÃO: DAS
07:30 às 12:30 horas diariamente, exce-
tuando os sábados.

RECLAMAÇÕES: 24 horas após a cir-
culação do DIÁRIO, na Capital e 8 dias
no Interior e outros Estados.

OFÍCIOS OU MEMORANDOS: Devem
acompanhar qualquer publicação.

ASSINATURAS: Capital, Interior e
outros Estados em qualquer época.

PAGAMENTOS: Sempre em cheque
nominal para IMPRENSA OFICIAL DO
ESTADO.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS: Redu-
ção de 50% na assinatura anual do
DIÁRIO.

Governo do Estado do Pará PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

RESUMO DE DECRETOS

O Secretário de Estado de Governo, Deputado ANTONIO AMARAL no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600 de 24 de julho de 1967, assinou os decretos CONCEDENDO o que abaixo segue aos seguintes funcionários.

Almerio Benedito Sales, Guarda de Trânsito de 3a. Classe, 180 dias de (LTS) em prorrogação (Laudo médico n. 1582 — Diag. Codif. 001) a contar de 25.5 a 20.11.73.

Wilson Cardoso de Almeida, Diarista (Matadouro do Maguari) 40 dias de (LTS) em prorrogação (Laudo médico n. 1646 — Diag. Codif. n. 998.9—55.3—451) a contar de 12.6 a 21.7.73.

Raimundo Baião Barreiros, ocupante do cargo em comissão de Inspetor Chefe (Matadouro do Maguari) 90 dias de (LTS) em prorrogação (Laudo médico n. 1507 — Diag. Codif. 402—438) a contar de 1.6 a 29.8.73.

Leuca de Nazaré Souza de Oliveira, Enfermeira (Div. de Serviços de Enfermagem da SESPA) 60 dias de (LTS) (Laudo médico 2502 — Diag. Codif. 412.0) a contar de 16.8 a 14.10.73.

José Maria de Lima, Cirurgião Dentista (Centro de Saúde n. 3) 45 dias de (LTS) (Laudo médico n. 2239 Diag. Codif. 412—E814—N929) a contar de 23.7 a 15.9.73.

Regina Celia Santos Pereira, Diarista (E. 1º G. — F. Camargo — Capital) 120 dias de (LTS) (Laudo médico n. 3339 — Diag. Codif. 011) a contar de 13.11 a 12.3.73.

Maria Madalena Santos Oliveira, Professor Primário (E.E.P. Maranhão — Capital) 180 dias (LTS) em prorrogação (Laudo médico n. 1594 — Diag. Codif. 011) a contar de 5.9.73 a 3.3.74.

Celia Oliveira de Figueiredo, Professor Primário (E.P. 19 de Agosto — Capital) 120 dias de (LTS) em prorrogação (Laudo médico n. 1584 — Diag. Codif. 422—480) a contar de 28.4. a 25.8.73.

Anna Oliveira Macedo Alves, Professor Primário (S. Supervisão e Orientação) 60 dias LTS em prorrogação (Laudo médico n. 1506 — Diag. Codif. 402—305.3—427.1) a contar de 25.5 a 23.7.73.

Maria Oliveira Lisboa, Diarista com estabilidade (C.E. Lauro Sodré) 60 dias de LTS, Laudo médico n. 2808 — Diag. Codif. 402—425) a contar de 4.10 a 2.12.73.

Anália Paz da Silva, Professor Primário (E.E. 1º G. — P. Brito — Capital) seis (6) meses de licença especial correspondente ao decênio de 15.06.63 a 15.06.73.

Benedita Palmeira de Souza Sarmento, Servente (G.E. Pe. Antonio Vieira — Ourém) seis (6) meses de licença especial correspondente ao decênio de 15.06.63 a 15.06.73.

Fernando Pinto de Oliveira, Diarista com estabilidade (C.E. Lauro Sodré) seis (6) meses de licença especial correspondente ao decênio de 9.4.63 a 9.4.73.

Maria do Pilar de Souza, Professor não titulada (E.R. Magalhães Barata — Cametá) seis (6) meses de licença especial correspon-

dente ao decênio de 13.06.57 a 13.06.67.

Ana Maria Orlandina Tancredi, Professor Primário (Central de Planejamento da SEDUC) seis (6) meses de licença especial correspondente ao decênio de 1.8.63 a 1.8.73.

Raquel da Silva Alves, Inspetor de Ensino Primário (SEDUC), seis (6) meses de licença especial correspondente ao decênio de 1.3.63 a 1.3.73.

Judith Saraiva Damasceno, Diarista com estabilidade (H. Juliano Moreira) seis (6) meses de licença especial correspondente ao decênio de 1.5.62 a 1.5.72.

Osmar Furtado de Melo, Servente (C.E. Magalhães Barata) seis (6) meses de licença especial correspondente ao decênio de 1.8.61 a 10.8.71.

Inês do Livramento Santana Oliveira, Professor não titulada (E.R. de Fernando Belo — Viseu) 60 dias de licença repouso (atestado Médico) a contar de 29.10 a 27.12.73.

Ingracia Madalena da Silva, Diarista (E. S. do Rio Camotia — Abaetetuba) 90 dias de licença repouso (atestado médico) a contar de 30.10.73 a 27.1.74.

Luci da Silva Santiago, Professor não titulada (E.I. da America — Bragança) 90 dias de licença repouso (atestado médico) a contar de 9.10.73 a 6.1.74.

Lidia Moraes de Pinho, Diarista (G.E.J. Passarinho — Cametá) 90 dias de licença repouso (atestado de Cametá) a contar de 8.10.73 a 5.1.74.

Leonete Sacramento de Lima, Professor não titulada (E. de Tessalonica — Irituia) 90 dias de licença repouso (atestado médico) a contar de 29.8 a 26.11.73.

Maria de Nazaré Lima de Souza, Professor Primário (E.E. 1º G. — J. Passarinho — Capital) 90 dias de licença repouso (Laudo médico n. 3367) a contar de 17.11.73 a 14.2.74.

Maria Isabel Alves de Freitas, Professor não titulada (G.E.L. Peixoto — S. M. Guamá) 90 dias de licença repouso (atestado médico) a contar de 6.11.73 a 3.2.74.

Maria Rosa Santos Lopes, Professor não titulada (E.R. Escola S. Pio X — Capital) 90 dias de licença repouso (Laudo médico n. 381) a contar de 23.11.73 a 20.2.74.

Marieta Miranda Pimentel, Diarista (G. E.L. Peixoto — S. M. Guamá) 90 dias de licença repouso (atestado médico) a contar de 4.10.73 a 1.1.74.

Maria da Gloria Pantoja Mendes, Professor não titulada (Escola Esperança — T. Açú) 90 dias de licença repouso (atestado médico) a contar de 25.9 a 23.12.73.

Maria da Conceição Saralva Fernandes, Professor não titulada (E.I.V. Sina — Bragança) 90 dias de licença repouso (atestado médico) a contar de 26.9. a 24.12.73.

Maria do Pilar de Souza, Professor não titulada (E.R.M. Barata — Cametá) 90 dias de licença repouso (atestado de Cametá) a contar de 15.10.73 a 12.1.74.

Maria Augusta Correa Silva, Diarista (E. I. do Picanço — Bragança) 90 dias de licença repouso (atestado médico) a contar de 29.10.73 a 26.1.74.

Maria Rocha Ávila, Diarista (E.E. 1º G.

— R. Club — Castanhal) 90 dias de licença repouso (atestado de Castanhal) a contar de 1.10 a 29.12.73.

Maria Cecília Tenório Coelho, Diarista (G.E.F. Luz — T. Acu) 90 dias de licença repouso (atestado médico) a contar de 13.9 a 11.12.73.

Maria Santana da Fonseca, Diarista (G.E.P.A. Vasconcelos — Capanema) 90 dias de licença repouso (atestado de Capanema) a contar de 27.8. a 24.11.73.

Maria das Graças Cavallero da Silva, Diarista (E.E. 1.º G. — C. Barros — Capital)

90 dias de licença repouso (Laudo Médico n. 3355) a contar de 30.10.73 a 27.1.73.

Marilene Raiol Lopes, Professor Primário (E.P.S.R. Nonato — Capital) 90 dias de licença repouso (Laudo médico n. 3248) a contar de 16.10.73 a 13.1.74.

Turmalina Arraes de Souza Barros, Diarista (G.E. P. J. Leitão — Marabá) 90 dias de licença repouso (atestado médico) a contar de 20.9 a 18.12.73.

Ana Maria Furtado Nascimento, Diarista (E.E.T. Bentes — Icoaraci) 90 dias de licença repouso (Laudo Médico n. 3217) a contar de

20.11.73. a 17.2.74.

Valdenora Ferreira dos Santos, Diarista da SEDUC (Viseu) 90 dias de licença repouso (atestado de Bragança) a contar de 10.9 a 8.12.73.

Zilma Azevedo Menezes, Diarista (E.E. Professor Ary Barros — B. J. Barcarena) 90 dias de licença repouso (atestado médico) a contar de 24.10.73 a 21.1.74.

Rosalina dos Santos Marinho, Professor não titulada (G.E.F. Simões — Alenquer) 90 dias de licença repouso (atestado de Alenquer) a contar de 12.9 a 10.12.73.

SECRETARIA

FAZENDA

TABELA NUMÉRICA DE PESSOAL EXTRANUMERÁRIO (DIARISTA) A VIGORAR NO EXERCÍCIO DE 1974, ORGANIZADA EM CUMPRIMENTO DA PORTARIA GOVERNAMENTAL Nº 1.739, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1971

Funções	Quantidade	Referência	Salário mensal	Despesa mensal	Despesa anual	Total anual
GABINETE DO SECRETARIO						
Calculista	1	XI	279,60	279,60	3.355,20	
Auxiliar de Administração	5	III	170,40	852,00	10.224,00	
Motorista	2	VIII	225,60	451,20	5.414,40	
Servente	5	I	163,20	816,00	9.792,00	28.785,60
DEPARTAMENTO DE DESPESA						
Contabilista	10	XIII	312,00	3.120,00	37.440,00	
Oficial de Administração	10	IV	176,40	1.764,00	21.168,00	
Escriturário	25	III	170,40	4.260,00	51.120,00	
Motorista	1	VIII	225,60	225,60	2.707,20	
Servente	4	I	163,20	652,80	7.833,60	120.268,80
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO						
TRIBUTARIA						
Guarda Fiscal da Capital	23	III	170,40	3.919,20	47.030,40	
Auxiliar de Administração	21	III	170,40	3.578,40	42.940,80	
Motorista	4	VIII	225,60	902,40	10.848,80	
Servente	1	I	163,20	163,20	1.958,40	102.778,40
DEPARTAMENTO DE RECEITA						
Contabilista	5	XIII	312,00	1.560,00	18.720,00	
Auxiliar de Administração	24	III	170,40	4.089,60	49.075,20	
Motorista	2	VIII	225,60	451,20	5.414,40	
Servente	2	II	165,60	331,20	3.974,40	
Servente	2	I	163,20	326,40	3.916,80	81.100,00
DIVISÃO DE COORDENAÇÃO FAZENDARIA						
Escriturário	2	III	170,40	340,80	4.089,60	
Auxiliar de Administração	2	III	170,40	340,80	4.089,60	
Escrevente datilógrafo	2	III	170,40	340,80	4.089,60	12.268,80
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE						
Contabilista	3	XIII	312,00	936,00	11.232,00	
Auxiliar de Administração	3	III	170,40	511,20	6.134,40	
Protocolista	1	IV	176,40	176,40	2.116,80	
Motorista	2	VIII	225,60	451,20	5.414,40	
Servente	1	I	163,20	163,20	1.958,40	26.856,00
PROCURADORIA FISCAL DO ESTADO						
Oficial de Administração	1	IV	176,40	176,40	2.116,80	
Escrevente datilógrafo	1	III	170,40	170,40	2.044,80	
Motorista	1	VIII	225,60	225,60	2.707,20	
Servente	1	I	163,20	163,20	1.958,40	8.827,20
MATADOURO DO MAGUARI						
Magarefe	50	X	259,20	12.960,00	155.520,00	
Auxiliar de Administração	7	III	170,40	1.192,80	14.313,60	

DIÁRIO OFICIAL

Motorista	1	VIII	225,60	225,60	2.707,20	
Guarda	20	III	170,40	3.408,00	40.896,00	
Artífice	9	II	165,60	1.490,40	17.884,80	
Foguista	3	II	165,60	496,80	5.961,60	
Vigia	12	I	163,20	1.958,40	23.500,80	
Servente	84	I	163,20	13.708,80	164.505,60	452.707,20
Braçal	14	I	163,20	2.284,80	27.417,60	

DEPARTAMENTO DE EXATORIAS
DO INTERIOR

Auxiliar de Administração	15	III	170,40	2.556,00	30.672,00	
Guarda Fiscal do Interior	23	III	170,40	3.919,20	47.030,40	81.619,20
Servente	2	I m	163,20	326,40	3.916,80	

Pessoal das embarcações à disposição do DEI:

LANCHA GEN RUBENS VAZ

Contramestre	1					
Motorista marítimo	1					
Marinheiro	1					
Cozinheiro	1					
Carvoeiro	1					

LANCHA 5 DE OUTUBRO

Comandante	1					
Motorista marítimo	1					
Cozinheiro	1					
Marinheiro	1					
Carvoeiro	1					

LANCHA INSPETOR PINTO MARQUES

Comandante	1					
Motorista	1					
Marinheiro	1					
Cozinheiro	1					
Carvoeiro	1					

TOTAL GERAL 422

Cr\$ 915.212,00

OBSERVAÇÕES: 1) Os salários (soldadas) do pessoal das embarcações à disposição do DEI, nos termos da Lei n. 4334 de 17.12.1970, serão fixados em ato do Poder Executivo. Todo esse pessoal está sujeito a legislação trabalhista de acordo com a mencionada Lei, exceto hum (1) contramestre, hum (1) marinheiro e hum (1) carvoeiro, da Lancha Gen Rubens Vaz, que optaram pelo regime estabelecido pela Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953.

2) Há suporte orçamentário para atender as despesas previstas neste quadro.

Econ. CARLOS ALBERTO BEZERRA LAUZID
Secretário de Estado da Fazenda

(Ext. Reg. n. 474 — Dia 15.02.74)

A N Ú N C I O S

BELAUTO — Belém Automóveis S.A.
CGC/MF — 04.920.284/001

—Aviso aos Acionistas—

Encontram-se à disposição dos senhores acionistas, na sede social, à Av. Governador José Malcher, n. 2.879, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, nas horas de expediente, os seguintes documentos relativos ao exercício social de 1973.

1. Relatório da Diretoria;
2. Balanço Geral;
3. Demonstração da Conta de Lucros e Perdas;
4. Parecer do Conselho Fiscal.

Belém (Pa.), 12 de fevereiro de 1974.

J. J. Martins Júnior

Diretor Presidente

C. P. Teixeira

Dir. Adm. Financeiro

(Ext. — Reg. n. 488 — Dias 14, 15 e 16.2.74)

S.A. COMERCIAL DE ESTIVAS

Comunicamos aos senhores Acionistas, que se encontram a sua disposição durante as horas de expediente, em nossa sede social à Rua 15 de Novembro, n. 167, nesta Capital, os do-

cumentos de que trata o artigo 99 do Decreto Lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, relativos ao ano de 1973.

Belém, 11 de fevereiro de 1974

A DIRETORIA

(T. n. 20.812 — Reg. n. 493 — Dias 14, 15 e 16.02.1974)

FLUIDELCO
COM. E IND. DE PROD. P/
PERF. E PROD. DE POÇOS
LTDA.

— A V I S O —

Aos estabelecimentos bancários, ao comércio em geral, a Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás —, à Cia. das Docas do Pará — CDP —, e a quem mais interessar possa, que ANTONIO ARMANDO DE ALMEI-

DA COUTO ALVES não mais pertence ao seu quadro de funcionários, não podendo, portanto, assinar quaisquer documentos como seu procurador, nem representá-la em qualquer ato público ou privado.

Belém, 12 de fevereiro de 1974.

(T. n. 20805 — Reg. n. 475 — Dias 14, 15 e 16.02.74)

TECEFIL S.A. COMÉRCIO E
INDÚSTRIA

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram a sua disposição durante as horas de expediente, em nossa sede social, à rua Conselheiro João Alfredo, número 93, nesta Capital, os documentos de que trata o artigo 99 do Decreto Lei 2627, de 26 de Setembro de 1940, relativos ao ano de 1973.

Belém, 11 de fevereiro de 1974.

A DIRETORIA

(Ext. Reg. n. 478 — Dias 14, 15 e 16.2.74)

ASSOCIAÇÃO BERÇO DE BELÉM

C. G. C. — 04.977.609/001

RELATÓRIO DE ATIVIDADES — EXERCÍCIO DE 1973

A ASSOCIAÇÃO BERÇO DE BELÉM, durante o exercício de 1973, dando prosseguimento às suas atividades normais, promoveu amparo à maternidade e à infância pobre desta cidade, contando, nesse sentido, com a valiosa colaboração dos poderes público e particular.

Além do auxílio material recebemos, neste exercício, as contribuições financeiras abaixo mencionadas:

Do Governo Federal:		
Ministério Educ. e Cultura	5.000,00	
Ministério da Justiça	5.000,00	10.000,00

Do Governo do Estado do Pará:		
Taxa de Assistência Social	28.008,00	
Da Prefeitura Municipal de Belém	12.228,14	
De Contribuições Diversas	293.716,04	

No último item — Contribuições Diversas — incluem-se: donativos, resultados de festejos, contribuintes, rendas eventuais, etc.

No demonstrativo abaixo damos um resumo numérico das várias atividades da Associação:

Seções	Cri- anças	Enxo- vais	Con- sultas	Ges- tantes	Valor dispendido
Ambulatório			1351		19.959,60
Escola	458				124.202,08
Construções					18.332,49
Costuras		642			20.257,04
Matrículas				603	—
Creche	121				47.402,24
Subsistência					48.157,19
Outros Encargos					44.984,50

Infelizmente, ainda permanece como meta prioritária a por em prática a construção de um pavilhão destinado ao abrigo das crianças do Jardim da Infância e Pré-Escolar dando, assim, condições ao atendimento de maior número de crianças na Creche.

Os encargos com a complementação das instalações ao funcionamento da Escola de 1º Grau, tem exigido o dispêndio de somas elevadas o que, certamente, vai permitir melhor possibilidade financeira em benefício da Creche.

No próximo exercício cremos ver concretizada essa nossa aspiração e, para isso, torna-se imprescindível maior colaboração dos poderes públicos e benfeitores.

Os nossos agradecimentos a todos pela cooperação que nos proporcionaram durante este exercício.

Belém, 31 de dezembro de 1973.

HELGA SCHUMANN
Presidente — CPC 002145152

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS

Reconheço, por ter conferido com outra existente em meu arquivo, a assinatura supra assinalada com esta seta.

Em sinal A. Q. S. da verdade.

Belém, 11 de fevereiro de 1974.

Adriano de Queiroz Santos
Tabelião Substituto

Visto: — Em 12 de fevereiro de 1974.

Nelson Silvestre Rodrigues Amorim
Juiz da 9a. Vara ac. a 2a. Vara

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

A T I V O		
DISPONÍVEL:—		
Banco do Brasil S/A. — C Depósitos Limitados ..	4.880,72	
Banco Comércio Indústria de Minas Gerais S/A. — C Movimento	52.568,15	
Banco do Estado do Pará S/A. — C Depósitos Populares	165,12	
Banco Mercantil de São Paulo — C Depósitos Populares	1.848,55	
Banco Nacional do Norte S/A. — C Depósitos Populares	190,77	
Caixa Econômica Federal — C Depósitos s Limite	20,10	
Caixa	2.706,36	62.379,77

IMOBILIZADO:—

Alfaias da Capela	641,70	
Ambulatório	1.488,34	
Construções	223.118,72	
Lavandaria	300,00	
Mobiliário	6.094,59	
Mobiliário e Utensílios da Capela	489,47	
Mobiliário e Utensílios da Escola	15.765,56	
Parque Infantil	51,71	
Terrenos	815,26	
Utensílios	10.002,74	
Viaturas	3.574,79	262.342,88

PENDENTE:—

Ações da Cotemebel	1.800,00	
Depósitos Vinculados ao F.G.T.S.	22.298,57	
Salário Família	192,00	24.290,57
	Cr\$	349.013,22

P A S S I V O

EXIGÍVEL:—

Instituto Nacional de Previdência Social	1.363,79
--	----------

INEXIGÍVEL:—

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	23.674,85
Patrimônio	323.974,58
	Cr\$ 349.013,22

Belém, 31 de dezembro de 1973.

HELGA SCHUMANN

Presidente — CPF 002145152

MARIA MAGDALENA DE ALMEIDA

Secretária — CPF 002071282

CLEIDE OLIVEIRA DE OLIVEIRA

Tesoureira — CPF 007812582

PAULO PETRUCELLI

Contador — Reg. DEC 139151 — CEC-Pa. 928 — CPF 000606232

Visto: — Em 12 de fevereiro de 1974.

Nelson Silvestre Rodrigues Amorim

Juiz da 9a. Vara ac. a 2a. Vara

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS

Reconheço, por ter conferido com outras existentes em meu arquivo as 4 assinaturas supra assinaladas com esta seta.

Em sinal A. Q. S. da verdade.

Belém, 11 de fevereiro de 1974.

Adriano de Queiroz Santos

Tabelião Substituto

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1973

RECEITA:—

Auxílio do Governo Federal:		
Ministério da Educação e Cultura ..	5.000,00	
Ministério da Justiça	5.000,00	10.000,00

Auxílio do Governo do Estado do Pará:

Taxa de Assistência Social	28.008,00	
Auxílio da Prefeitura Municipal de Belém	12.228,14	
Contribuições Diversas	58.610,50	
Escola Berço de Belém — Renda	212.106,00	
Rendas Eventuais	22.999,54	343.952,18

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS:—

Ações da Cotemebel	75,00	
Construções	18.332,49	
Mob. e Utensílios da Escola	516,00	
Utensílios	670,00	19.593,49
	Cr\$	363.545,67

DESPESA —

Ações da Cotemebel	75,00	
Água, Luz e Telefone	4.312,66	
Aquisição de Mob. e Utens. da Escola	516,00	
Aquisição de Utensílios	670,00	
Assistência Médica e Farmacêutica	19.959,60	
Conservação do Material em Uso	1.596,00	
Construções em Andamento	18.332,49	
Custeio da Escola Berço de Belém	123.686,08	
Custeio do Natal da Creche	4.813,50	
Despesas Diversas	7.010,38	
Despesas com F.G.T.S.	9.304,52	
Despesa com P.I.S.	995,67	
Enxovais	20.257,04	
Gratificação Salarial	2.306,00	
Manutenção	48.157,19	
Manutenção da Creche	43.588,74	
Material de Consumo	2.126,70	
Premio de Seguros	3.750,17	
Viaturas em Serviço	7.837,40	
Vigilância Noturna	4.000,00	323.295,14

PATRIMÔNIO:—

Superavit	40.250,53	
	Cr\$ 363.545,67	

Belém, 31 de dezembro de 1973.

HELGA SCHUMANN

Presidente — CPF 002145152

MARIA MAGDALENA DE ALMEIDA

Secretária — CPF 002071282

CLEIDE OLIVEIRA DE OLIVEIRA

Tesoureira — CPF 007812582

PAULO PETRUCCELLI

Contador — Reg. DEC 139151 — CRC-Pa. 928 — CPF 000606232

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS

Reconheço, por ter conferido com outras existentes em meu arquivo as 4 assinaturas supra assinaladas com esta seta.

Em sinal A. Q. S. da verdade.

Belém, 11 de fevereiro de 1974.

Adriano de Queiroz Santos

Tabelião Substituto

Visto: — Em 12 de fevereiro de 1974.

Nelson Silvestre Rodrigues Amorim

Juiz da 9a. Vara ac. a 2a. Vara

(T. n. 20807 — Reg. n. 487 — Dia 15.02.1974)

ANAISSE COMÉRCIO E INDÚSTRIA S.A.

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram a sua disposição durante às horas de expediente, em nossa sede social, à rua Conselheiro João Alfredo, número 165, al. to, nesta Capital, os documentos de que trata o artigo 99 do Decreto Lei 2627, de 26 de Setembro de 1940, relativos ao ano de 1973.

Belém, 11 de fevereiro de 1974.

A DIRETORIA

(Ext. Reg. n. 477 — Dias — 14, 15 e 16.2.74)

A S O M E T A L . S . A .

RELATÓRIO DA DIRETORIA — 1973

Senhores acionistas:

O presente relatório visa não apenas ao cumprimento estrito da lei das sociedades anônimas. Mais do que isso, pretende marcar fronteiras no limiar de fase mais promissora para todos quantos, acreditando no seu próprio descortino econômico, investiram em um projeto, que, por arrojado e difícil, se constitui em único dentro das áreas SUDENE SUDAM. A empreitada se revelou realmente difícil, mas hoje está concluída não obstante todos os percalços, que não foram poucos nem de normal transposição. Quando em 1968 se tomavam medidas preliminares para implantação do empreendimento, raros não foram os órgãos que vislumbraram até o impossível a instalação na Amazônia de uma indústria de base nos moldes, a que nos propuseramos. Contra-argumentava-se com a carência de recursos, com a ausente tecnologia regional e mesmo nacional, embora se anteviesse que o próprio célere desenvolvimento do país trabalhava a abertura crescente de mercado pro-

missor para o produto. Os temores então sentidos poderiam ter prevalecido, se o grupo implantador não estivesse imbuído do propósito inarredável de dotar a Amazônia e o país de mais uma indústria essencialmente básica, como de fato se constitui a produção de eletrodos para solda elétrica. Com fidelidade àquele propósito é que se procurou o equipamento mais moderno assim como o mais avançado modo de fazer o produto, para o que contamos com o decidido apoio da tecnologia japonesa. O apoio financeiro tivemos-lo nos incentivos fiscais e no mercado de capitais, fato que nos leva a manifestar nesta hora nosso reconhecimento a todos os escalões da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e do Banco Central do Brasil. Sempre aberta ao exame, acompanhamento e fiscalização desses órgãos, é sobremodo honroso poder afirmar que a empresa não tem sofrido quaisquer restrições por parte das entidades que poderiam fazê-las. É provável, porém, que o curso de cinco longos anos de implantação do projeto possa ter trazido apreensão a quantos nos acompanham com interesse. A análise que no entanto se faça hoje sobre os resultados desta paciente caminhada haverá de convencer sobre o acerto da política adotada nesta fase, pois chegamos ao fim da primeira meta — a implantação — tão fortes como no início e, assim, íntegros e robustecidos para, a partir de 1974, buscar com segurança a afirmação do produto no mercado nacional e internacional. Teria sido razoável que os senhores acionistas esperassem que já no ano de 1973 tivéssemos lançado o produto. Queremos revelar, nesta ocasião, as razões que nos aconselharam a retardar o lançamento, convencidos de que, por vezes, como no caso, se torna preferível dar passos atrás para apoiar o salto à distância. Dessa maneira, enquanto treinávamos nossos operários, ampliávamos nossas instalações fabris, estocamos matérias-primas e fizemos montar uma unidade para fabricação de silicato de sódio e potássio, produtos que

se constituem matéria-prima do produto principal, podendo, assim, já anunciar-lhes uma nova linha de produção para o entrante ano de 1974. A par com a diversificação pretendia visa-se ao achatamento do custo industrial do produto principal, o que nos permitirá maior folga na disputa dos melhores mercados. Dentro ainda da silenciosa preparação para o lançamento de nosso produto, montamos uma estrutura administrativa capaz de corresponder à política agressiva que deveremos adotar a partir do próximo exercício. A começar da cúpula, procurou-se, através do estatuto atual com que se dotou a sociedade, preparar a administração para, partir de um comando fortalecido, atingir sempre o duplo objetivo de determinação e flexibilidade funcional. Ainda a partir da cúpula, procurou-se equilibrar a administração social com a vivência dos mais experientes e o arrojo dos mais novos. O fim do exercício de 1973 encerra a fase de implantação e encontra-nos, portanto, plenamente capazes para exercer o direito de disputar uma posição de realce na economia regional e nacional. É ainda de se pôr em evidência que os sucessivos aumentos de capital nos proporcionaram nesses anos de implantação, disponibilidades suficientes para mantermos imaculado conceito junto a todos os nossos fornecedores e de modo a permitir-nos encerrar a primeira fase sem obrigações a cumprir, estocados em matéria-prima para quase um ano de produção e, sobretudo, com nossos encargos de instalação reduzidos a mais de 50%, fatos que, sem dúvida nenhuma, são ímpares na região e devem ser interpretados pelos senhores acionistas como altamente auspiciosos à remuneração futura de seus investimentos em nosso projeto. Em resumo e em conclusão podemos afirmar-lhes que a base está pronta, restando-nos lançar-nos com decisão à conquista do objetivo final: a remuneração do capital.

Belém, 31 de dezembro de 1973.

A DIRETORIA

ASO METAL S.A.

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

— ATIVO —		
IMOBILIZADO		
— Técnico	4.726.720,95	
— Outros	680.417,97	
	5.407.138,92	
Menos: Depreciação Acumulada	(18.030,34)	5.389.108,58
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		
Acionistas conta de Capital	245.303,00	
Direitos sobre Linha Telefônica	13.500,00	258.803,00
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		
Matéria Prima	729.644,53	
Almoxarifado	36.493,60	
Materiais em Trânsito	3.887,05	
Importação em Andamento	16.764,47	
C/Correntes	2.108,30	
Depósito Vinculado a Operação de Câmbio	22.509,84	
Adiantamentos	84.228,32	
Promissórias a Receber	11.600,00	
Contas a Receber	1.985,00	909.221,11
DISPONIVEL		
Fundo Fixo	1.000,00	
Fundos a Depositar	124.148,50	
Depósitos Bancários a Vista	1.326.704,47	
Título Vinculado ao Mercado Aberto	9.500.000,00	10.951.852,97
PENDENTES		
Despesas Antecipadas	35.694,63	
Encargos de Instalação a Ressarcir	255.412,98	291.107,61
COMPENSAÇÃO		
Ações Caucionadas		100,00
	Cr\$	17.800.193,27
— PASSIVO —		
INEXIGIVEL		
Capital Autorizado	30.000.000,00	
Menos: Ações a Subscriver	(12.223.574,00)	17.776.426,00
EXIGIVEL A CURTO PRAZO		
Fornecedores	20.536,14	
Títulos a Pagar	375,00	
Obrig. Contribuições e Consignações a Recolher	19.922,34	

Impostos e Taxas a Pagar (20.387,58)
Provisões Exigíveis 3.221,37 23.667,27

COMPENSAÇÃO

Caução da Diretoria 100,00
Cr\$ 17.800.193,27

(Importa o presente Balanço Geral em DEZESSETE MILHÕES, OITOCENTOS MIL, CENTO E NOVENTA E TRÊS CRUZEIROS E VINTE E SETE CENTAVOS).

Belém, (Pa.), 31 de Dezembro de 1973.

Dr. ALDO SERRANO DE NOLI VERGUEIRO — Presidente

Dr. JOSÉ SANT'ANA DE SOUSA PEREIRA — Diretor

ANTONIO JOSÉ DE CARVALHO

Tec. em Contabilidade CRC Pa. 1076

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

— DÉBITO —
Despesas Administrativas 631.355,78
Encargos de Instalação a Ressarcir 867.309,57

Cr\$ 1.498.665,35

— CRÉDITO —
Receitas Diversas 16.665,35
Outras Receitas Financeiras 1.482.000,00

Cr\$ 1.498.665,35

Belém, (Pa.), 31 de Dezembro de 1973.

Dr. ALDO SERRANO DE NOLI VERGUEIRO — Presidente

Dr. JOSÉ SANT'ANA DE SOUSA PEREIRA — Diretor

ANTONIO JOSÉ DE CARVALHO

Técnico em Contabilidade — CRC Pa. 1076

PARECER DO CONSELHO FISCAL — 1973

Senhores acionistas:

Os membros do Conselho Fiscal de ASO METAL S.A., abaixo assinados, em cumprimento ao item III do artigo 127 do Decreto-Lei 2.627, de 26.09.1940, após exame do relatório, Balanço Geral, conta de "Lucros e Perdas", e de todos os livros e documentos da Contabilidade, são de parecer que as operações do exercício findo em 31 de Dezembro de 1973, devem merecer a aprovação dos senhores acionistas.

ORLANDINO VENTURA

Dr. JOSÉ CHAVES MULLER

Dr. ELIAS BENZECRY

(Ext. Reg. n. 481 — Dia 15.02.74)

Cinemas e Teatros Palácio S.A.
C.G.C. 04.935.516

— Aviso —

Acham-se à disposição dos senhores Acionistas, em nossa sede social, na Rua Senador Manoel Barata, n. 842, nesta cidade, os documentos a que se refere o art. 99 do Decreto-Lei n. 2.627, de 26 de setembro de 1940, correspondente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1973.

Belém, 08 de fevereiro de 1974

Luiz Severiano Ribeiro Júnior
Diretor-Presidente(Ext. — Reg. n. 471 — Dias
13, 14 e 15.02.1974)

Cia. Geral de Taxi Aéreo

— Convocação —

Ficam convidados os srs. Acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, às dez horas do dia 26 de fevereiro de 1974, na sede social, na Avenida Presidente Vargas, n. 620, conjunto 303, a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria:

1. Alteração dos Estatutos Sociais;

2. Assuntos de interesse geral.

Belém, 08 de fevereiro de 1974.

A. C. JUNQUEIRA DE MORAES

Diretor

(Ext. — Reg. n. 464 — Dias
13, 14 e 15.02.1974)AGROPECUÁRIA
ARCO-IRIS S.A.

Ata da Assembléia Geral Extraordinária, realizada em dezoito de dezembro de mil novecentos e setenta e três.

Aos dezoito dias do mês de dezembro de mil novecentos e setenta e três, às quinze horas, na sede da Empresa, à Avenida Presidente Vargas, cento e noventa e sete, sala duzentos e um, nesta Capital, reuniram-se os acionistas, com direito a voto, da Agropecuária Arco-Iris S/A., em Assembléia Geral Extraordinária, em sua totalidade, conforme assinaturas constantes do "Registro de Presença de Acionistas". A convocação da presente Assembléia deixou de ser publicada, de acordo com a Portaria número dezoito, de vinte de outubro de mil, novecentos e sessenta e nove, do Departamento Nacional do Registro do Comércio, publicada no "Diário Oficial da União", em vinte e

sete de outubro de mil, novecentos e sessenta e nove. Assumiu a Presidência, por aclamação unânime, o engenheiro André Moron Filho, que convidou a mim, Antonio Manoel Gonzalez, para secretariá-lo. Composta a mesa, o Sr. Presidente tomou a palavra e informou aos presentes que esta Assembléia fora convocada para o fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) — Alteração dos Estatutos Sociais; b) — Outros assuntos de interesse social. Ordenou então, o Sr. Presidente, que fossem por mim lidos a Proposta da Diretoria e o Parecer do Conselho Fiscal, que se encontravam sobre a mesa, cujos teores são os seguintes: — PROPOSTA DA DIRETORIA — “Senhores Acionistas da Agropecuária Arco-Iris S/A: A Diretoria da Agropecuária Arco-Iris S/A, nesta data reunida, a fim de melhor atender às necessidades da Empresa, propõe aos Srs. Acionistas, a alteração do Artigo quinto dos Estatutos Sociais, que, sendo aprovado, sem emendas, ficaria assim redigido: — “As ações, indivisíveis em relação à Sociedade, serão assim divididas: 3.540.228 (três milhões, quinhentas e quarenta mil, duzentas e vinte e oito) ações ordinárias; 4.874.402 (quatro milhões, oitocentas e setenta e quatro mil, quatrocentas e duas) ações preferenciais, classe “A” e 2.000.000 (dois milhões) de ações preferenciais, classe “B”. Era o que tínhamos a propor aos Srs. Acionistas”. — Belém (Pa.), 18 de dezembro de 1973. a) Dr. André Moron Filho — Diretor Superintendente; a) Dr. Aziz Maluf — Diretor Comercial; a) Antonio Manoel Gonzalez — Diretor Administrativo”. A seguir foi lido o seguinte: PARECER DO CONSELHO FISCAL — “Srs. Acionistas da Agropecuária Arco-Iris S/A. — Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Agropecuária Arco-Iris S/A, comunicam-lhes que em reunião realizada nesta data, estudaram uma proposta da Diretoria, para modificação do Artigo quinto dos Estatutos Sociais. De acordo com a proposta, o Artigo quinto, passaria a ter a seguinte redação: “Artigo 5.º — As ações, indivisíveis em relação à Sociedade, serão assim divididas: 3.540.228 (três milhões, quinhentas e quarenta mil, duzentas e vinte e oito) ações ordinárias; 4.874.402 (quatro milhões, oitocentas e setenta e quatro mil, quatrocentas e duas) ações preferenciais, classe “A” e 2.000.000 (dois milhões) de ações preferenciais, classe “B”. Após cuidadoso estudo da matéria foi a proposta aprovada e, cuja aprovação recomendamos aos Srs. Acionistas. — Belém (Pa.), 18 de dezembro de 1973. a) Dr. Miguel Pereira Granito; a) Dr. Domicio Scaramella; a) Dr. Gilberto Ribeiro do Amaral”. Em seguida, retomou a palavra, o Sr. Presidente e submeteu a matéria para apreciação e discussão. Depois de debatido o assunto, o mesmo, foi posto em votação, sendo aprovado por unanimidade, sem emendas, motivo porque fica fazendo parte integrante dos Estatutos Sociais o artigo quinto, conforme a redação apresentada na Proposta da Diretoria. O Sr. Presidente declarou, a fim de satisfazer as exigências do parágrafo segundo, artigo quarenta e cinco, da lei quatro mil, setecentos e vinte e oito, de quatorze de julho de mil novecentos e sessenta e cinco, de que o Capital Social subscrito da Empresa é de Cr\$ 6.041.205,00 (seis milhões, quarenta e um mil, duzentos e

cinco cruzeiros), dividido em 6.041.205 (seis milhões, quarenta e uma mil, duzentas e cinco) ações nominativas, no valor de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro) cada uma, sendo 2.468.640 (dois milhões, quatrocentas e sessenta e oito mil, seiscentas e quarenta) ações ordinárias, 470.000 (quatrocentas e setenta mil) ações preferenciais, classe “B” e 3.102.565 (três milhões cento e duas mil, quinhentas e sessenta e cinco) ações preferenciais, classe “A”, estas sem direito a votos, intransferíveis e irredigíveis pelo prazo de cinco anos a contar da data da subscrição e o Capital integralizado da Sociedade, atualmente, é de Cr\$ 5.697.901,00 (cinco milhões, seiscentos e noventa e sete mil, novecentos e um cruzeiros), dividido em 5.697.901 (cinco milhões, seiscentas e noventa e sete mil, novecentas e uma) ações nominativas no valor de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro) cada uma, sendo 2.468.640 (dois milhões, quatrocentas e sessenta e oito mil, seiscentas e quarenta) ações ordinárias, 470.000 (quatrocentas e setenta mil) ações preferenciais, classe “B” e 2.759.261 (dois milhões, setecentas e cinquenta e nove mil, duzentas e sessenta e uma) ações preferenciais, classe “A”, estas sem direito a votos, intransferíveis e irredigíveis pelo prazo de cinco anos, a contar da data da subscrição. Passando à segunda e última parte dos trabalhos da ordem do dia, o Sr. Presidente franqueou a palavra a quem desejasse fazer uso, como ninguém se manifestasse, agradeceu a presença dos Srs. Acionistas e deu por encerrados os trabalhos da presente Assembléia, ordenando que se lavrasse a Ata no livro competente. Após a lavratura foi feita a leitura, sendo a mesma por todos aprovada e assinada.

Belém, (Pa.), dezoito de dezembro de mil, novecentos e setenta e três.

- a) — André Moron Filho
Presidente
- a) — Antonio Manoel Gonzalez
Secretário
- a) — Aziz Maluf
p/ Cia. Geral de Engenharia, Comércio e Construções — COGEC
- a) — Aziz Maluf
Diretor Comercial
- a) — Maria do Carmo Rico Moron
- a) — Loris Souen Maluf
- a) — Jorge Saad Souen
- a) — Adib Tufi Maluf
- a) — Celso Mei Belem

Declaramos que esta é cópia fiel da Ata lavrada no “Livro de Atas das Assembléias Gerais”, da Empresa.

Belém, 18 de dezembro de 1973.

André Moron Filho
Presidente
Antonio Manoel Gonzalez
Secretário
Firmiana de Melo Rodrigues
Contador — CRC-Pa. 1722
CPF n. 008263672

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

— “JUCEPA” —

Autarquia Estadual

Pague-se ao Banco do Estado do Pará S/A.
o seguinte:
Emolumentos 10,00
Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos 10,00
Cr\$ 20,00

BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A.
Agência Centro

Belém, de 1974
Recebemos os valores acima.
Caixa — Ass. do Caixa.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

— “JUCEPA” —

Esta Ata em 4 vias foi apresentada no dia 4 de janeiro de 1974, e mandada arquivar por Despacho da Junta de 05 de fevereiro de 1974, contendo 4 folhas de ns. 1009-12, que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha, de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 247/74. E para constar eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro Oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém, 05 de fevereiro de 1974.

Alfredo Ferreira Coelho
Secretário Geral da “JUCEPA”

Benedicto Gilberto de Azevedo Pantoja
Presidente da Junta Comercial do
Estado do Pará

(T. n. 20813 — Reg. n. 494 — Dia 15.2.1974)

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Posto de Vendas e Coleta de Anúncios (Rua 13 de Maio n.º 280 — Conjunto 1.

(entre Campos Sales e Padre Eutiquio).

AGRO PECUARIA GRÃO PARA S.A.

C.G.C. 05.426.630

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas:—

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação o Balanço Geral, a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas e o respectivo Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1973. Estamos ao vosso inteiro dispor para os esclarecimentos que julgarem necessários.

Santana do Araguaia, 04 de fevereiro de 1974

A DIRETORIA

BALANÇO GERAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

A T I V O			P A S S I V O		
IMOBILIZADO			NÃO EXIGÍVEL		
Terras	522.720,00		CAPITAL AUTORIZADO	7.000.000,00	
Pastagens	631.445,00		Integralizadas		
Pastos em Formação	519.762,24		Ações Ordinárias	2.258.845,00	
Obras de Infra Estrutura	147.623,53		Ações Preferenciais	2.846.511,00	
Instalações Pecuárias	234.576,29		Subscritas		
Edificações	224.136,49		Ações Preferenciais	83.276,00	
Veículos	191.304,06		A Subscrever		
Máquinas e Motores	125.803,17		Ações Ordinárias	293.606,00	
Aparelhos e Equipamentos	39.048,84		Ações Preferenciais	1.517.762,00	7.000.000,00
Móveis e Utensílios	36.361,73		EXIGÍVEL		
Gado de Cria Mestiço	2.267.319,63		Contas Correntes — Credores	2.543.439,84	
Animais de Trabalho	14.124,69		Fornecedores	28.688,45	
Obras em Andamento	63.676,00		Bancos c/Financiamento	1.120.000,00	
Estudos e Projetos	208.758,66		Previdência Social a Recolher	1.566,88	
(—) Fundo de Depreciação	(161.354,42)	5.065.305,91	Obrigações Tribut. a Recolher	205,66	3.693.900,83
REALIZÁVEL			RESULTADO PENDENTE		
Contas Correntes Empregados	104.443,25		Receitas Diferidas		395.100,00
Estoque — Almojarifado	35.322,12		Produção Animal		
Rebanhos	568.824,46	2.603.232,83	COMPENSAÇÃO		
Conta Capital a Realizar	1.894.644,00		Caução da Diretoria	400,00	
DISPONÍVEL			Seguros Contratados	150.000,00	150.400,00
Caixa	26.036,63		TOTAL DO PASSIVO:—	Cr\$	11.239.400,83
Bancos	82.046,44	108.083,07			
RESULTADO PENDENTE					
Lucros e Perdas	3.312.228,02				
Imposto Renda na Fonte	150,00	3.312.378,02			
COMPENSAÇÃO					
Ações Caucionadas	400,00				
Contratos de Seguros	150.000,00	150.400,00			
TOTAL DO ATIVO:—	Cr\$	11.239.400,83			

Antonio Lunardelli
PresidenteEduardo Penteado Lunardelli
Vice-PresidenteHermínio Lunardelli
DiretorToshikazu Okamoto
Téc.Cont.CRCSP.65.000 ISPA. n. 96

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973

D É B I T O			C R É D I T O		
SALDO ANTERIOR	1.866.695,13		RECEITAS DO EXERCÍCIO		
Encargos do Exercício			Receitas Financeiras	3.513,85	
Custo dos Rebanhos	748.267,83		Receitas Diversas	3.008,60	6.522,45
Despesas Administrativas	694.694,19		LUCROS E PERDAS		
Despesas Financeiras	1.101,22		Saldo p/Próximo Exercício		3.312.228,02
Despesas Eventuais	7.992,10	1.452.055,34	TOTAL DO CRÉDITO:—	Cr\$	3.318.750,47
TOTAL DO DÉBITO:—	Cr\$	3.318.750,47			

Antonio Lunardelli
PresidenteEduardo Penteado Lunardelli
Vice-PresidenteHermínio Lunardelli
DiretorToshikazu Okamoto
Téc.Cont.CRCSP.65.000 ISPA. n. 96

Parecer do Conselho Fiscal

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Agro Pecuária Grão Pará S.A., tendo examinado o Balanço Geral, a Demonstração de Conta de Lucros e Perdas e demais documentos que lhes foram apresentados, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1973, são de parecer que os mesmos devem ser aprovados na Assembleia Geral.

Santana do Araguaia, 04 de fevereiro de 1974.

Luis Cássio dos Santos Werneck

Alberto Andrade Galvão

Jaguanhara Gomes de Oliveira

(T. n. 20.751 — Reg. n. 517 — Dia 15.02.1974)

EDITAIS ADMINISTRATIVOS

FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR

SOCIAL DO PARÁ

Contrato particular de empreitada global de material e mão de obra para a construção do CENTRO DE RE-EDUCAÇÃO DE MENORES — Masculino, na cidade de Ananindeua, neste Estado, que entre si fazem de um lado a FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ (FBESP), com sede na Doutor Malcher número 27, nesta cidade, na pessoa de seu Diretor Presidente Doutor João Paulo do Valle Mendes, devidamente representado pela Doutora Zulima Vergolino Dias, brasileira, solteira, domiciliada e residente nesta cidade, doravante denominada Contratante; e de outro lado a Firma Construtora Nassar S.A., com sede na cidade de Belém, na Avenida Governador José Malcher número 515, registrada no CREA sob o número 270, portadora do CGC número 04911293/001 na pessoa de seu representante legal senhor José de Queiroz Elias Nassar, domiciliado e residente nesta cidade, doravante denominada Contratada; mediante as Cláusulas e Condições a seguir:

PRIMEIRA — Objeto

A Contratada, por força do presente instrumento, se obriga a executar, pelo regime de empreitada global de material e mão de obra, os serviços de construção de fundações, estrutura, instalações elétricas e hidro-sanitárias, paredes e muro do CENTRO DE RE-EDUCAÇÃO DE MENORES — Masculino, na cidade de Ananindeua, neste Estado, tudo de acordo com os termos da tomada de preços feita.

SEGUNDA — Início dos Serviços

A Contratada se obriga a iniciar os serviços constantes da cláusula anterior dentro do prazo máximo de dez (10) dias, a contar da assinatura do presente instrumento, sob pena de imediata rescisão, sem prejuízo das demais sanções.

TERCEIRA — Tomada de Preços

Para os serviços constantes da cláusula primeira deste contrato, foi efetuada a tomada de preços pela Contratante.

QUARTA — Abertura das Propostas

No dia pré-determinado a comissão nomeada para proceder a abertura das propostas, deu início aos seus trabalhos, contando com a presença de duas firmas, inclusive a Contratada.

QUINTA — Homologação

Em 30 de janeiro de 1974, o titular da FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ homologou a tomada de preços referida, considerando vencedora a Contratada, por ter sido a que apresentou melhor proposta.

SEXTA — Especificações e Condições

Integram o contrato, a proposta da Empreiteira, o projeto arquitetônico, ressalvados as alterações, os cálculos estruturais, os projetos de instalações hidro-sanitárias e elétricas, as especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e quaisquer outros documentos relativos aos elementos técnicos, constantes do projeto.

SÉTIMA — Preço

O valor do presente contrato é de Cr\$ 2.218.196,61 (dois milhões, duzentos e dezoito mil, cento e noventa e seis cruzeiros e sessenta e hum centavos) em decorrência da dedução de Cr\$ 217.714,39 (duzentos e dezesseis mil, setecentos e quatorze cruzeiros e trinta e nove centavos) sobre a proposta de Cr\$ 2.435.911,00 (dois milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, novecentos e onze cruzeiros) apresentada pela Contratada, correspondente aos materiais existentes no canteiro de obras comprados pela Contratante e aceitos explicitamente pela Contratada.

OITAVA — Pagamento do Preço

O pagamento relativo ao preço total dos serviços, será efetuado pela Contratante à Contratada, em prestações comprovadas à execução das etapas dos serviços pela fiscalização da Contratante e da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, mediante condições estipuladas no cronograma físico-financeiro anexo, servindo o cumprimento de cada etapa para efeito de liberação automática da parcela seguinte, a exceção da última que será liquidada com a conclusão dos serviços contratados.

NONA — Despesa da Contratada

Todas as despesas com aquisição de material, pagamento de mão de obra, recolhimento devido ao Instituto Nacional de Previdência Social, relativos ao empregador, empregados e demais encargos sociais, inclusive seguros da construção, de acidente de trabalho, impostos e taxas federais, estaduais e municipais, correrão por conta exclusiva da Contratada que responderá por qualquer transgressão, às legislações civil, trabalhista, previdenciária e correlatas. No caso do seguro de construção por etapas, a Contratada deverá exibir à Contratante as respectivas apólices de seguro, 30 dias após a realização proporcional de cada etapa.

PARÁGRAFO ÚNICO

Correrão por conta exclusiva da Contratada, além dos encargos indicados nas demais normas que integram este Contrato, todas as despesas e providências necessárias à legalização do presente contrato, inclusive a sua inscrição no Registro Especial de Títulos e Documentos, e a aprovação dos projetos nas repartições públicas competentes.

DÉCIMA — Prazo de Entrega

A Contratada se obriga a executar as obras deste Instrumento no prazo irrevogável

de 90 dias, contados a partir da primeira ordem de serviço, salvo motivo de força maior, perfeitamente comprovado e provado pela fiscalização da Contratante e FUNABEM.

DÉCIMA PRIMEIRA — Casos de Força Maior

São casos de força maior:

- a — greve generalizada no país;
- b — interrupção dos meios de transporte;
- c — calamidade pública.

DÉCIMA SEGUNDA — Caução e Demais Garantias

A Contratante reterá a título de caução, o percentual de 5% sobre o valor de cada etapa liberada à Contratada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A liberação da garantia será feita da seguinte maneira:

- a — oitenta por cento (80%), no ato do Recebimento Definitivo da construção pela Contratante;
- b — o restante vinte por cento (20%), trinta dias, após o referido ato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A liberação da última parcela de pagamento, só ocorrerá após a aceitação pela FBESP e FUNABEM dos serviços executados pela Contratada.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Se algum defeito ou anomalia aparecer na construção depois de seu recebimento pela FBESP e FUNABEM, a garantia no todo ou em parte, continuará em poder da primeira entidade mencionada, até que as irregularidades sejam sanadas pela Contratada, podendo a Contratante executar esses serviços, descontando da garantia a importância relativa aos mesmos.

DÉCIMA TERCEIRA — Verba

As despesas do presente contrato correrão por conta da verba do 4º Convênio Fundação Nacional do Bem Estar do Menor/FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR SOCIAL DO PARÁ, firmado em 17 de agosto de 1973.

DÉCIMA QUARTA — Multa

A Contratada incorrerá em multa, ressalvados os casos de força maior, além das previstas nas demais normas que integram o presente contrato:

- a — Cr\$ 11.000,00 (onze mil cruzeiros), por dia, no caso de não iniciar os serviços no prazo estipulado;
- b — Cr\$ 22.000,00 (vinte e dois mil cruzeiros), pela inobservância de qualquer condição do presente Contrato e de suas partes integrantes que não tenha multa expressa fixa para o caso;
- c — Cr\$ 11.000,00 (onze mil cruzeiros), por dia, no caso de exceder o prazo para conclusão das obras;

d — Cr\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos cruzeiros), por dia, no caso de ausência diária do Engenheiro responsável, na obra;

e — Cr\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil cruzeiros) no caso de reincidência por parte da Contratada, na execução imperfeita dos serviços ou em desacordo com as especificações.

DÉCIMA QUINTA — Pagamento da Multa

A Contratada, uma vez notificada, terá o prazo de três (3) dias para recolher a importância da multa devida a Tesouraria da FBESP, podendo recorrer em igual a seu titular contra a multa que lhe foi imposta.

DÉCIMA SEXTA — Direção dos Trabalhos Fiscalização

As obras serão dirigidas pela Contratada, obrigando-se a manter no canteiro de obras o Engenheiro responsável pela construção no mínimo 8 horas por dia, cabendo, porém, a fiscalização das referidas obras à Contratante, através dos fiscais da FBESP e da FUNABEM.

PARÁGRAFO ÚNICO

A fiscalização transmitirá à Contratada, por escrito, suas instruções de serviços, devendo a Contratada manter na obra, um Diário de Execução, permanentemente atualizado, que será entregue à Contratante por ocasião do "Recebimento Provisório", da obra. Nesse Diário serão anotados, independentemente de notificação, todas as ordens de modificações, reclamações, indicações técnicas, etc. Por ocasião de suas visitas às obras a fiscalização visará o referido — Diário, anotando as observações julgadas necessárias, sem que por isso sejam dispensadas as "Ordens de Serviço" ou notificações.

DÉCIMA SÉTIMA — Serviços Extraordinários

A Contratada não terá direito de serviços não previstos neste Contrato ou determinados de forma irregular.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os serviços complementares ou extraordinários, somente serão conhecidos e pagos, quando prévia e legalmente autorizados pela Contratante.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor das alterações, para mais ou para menos, será sempre calculado através da medição dos serviços, apropriado pela Contratante.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Toda e qualquer alteração será feita em documento à parte, que integrará o presente contrato.

DÉCIMA OITAVA — Falha na Execução dos Serviços

De toda e qualquer má execução ou trabalho defeituoso será notificado a Contratada, que se obrigará a reparar prontamente o trabalho defeituoso ou executado fora das especificações, correndo por conta exclusiva da Contratada as despesas de tais reparos, sem que daí decorram alterações no prazo e valor fixados neste contrato.

DÉCIMA NONA — Responsabilidades

A Contratada se obriga a manter constante e permanente vigilância sobre os serviços executados e sobre os materiais existentes na obra, cabendo-lhes toda a responsabilidade por quaisquer danos ou perdas que os mesmos venham a sofrer.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A Contratada manterá o local dos serviços e o terreno em volta livres de entalhos e resíduos resultantes dos próprios serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Ocorrendo incêndio na obra que atinja os serviços a cargo da Contratada, as partes atingidas serão reparadas ou refeitas por esta, a juízo exclusivo da fiscalização da Contratante. De conformidade com a decisão da fiscalização, deverá a Contratada, dentro do prazo de três (3) dias da oposição de seu "ciente" na notificação, iniciar a reconstrução ou reparos, independentemente do recebimento de qualquer indenização por seguro.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A Contratada reconhece, expressamente, ser a única e exclusiva responsável, não só nos casos previstos neste contrato, e demais elementos que integram o presente Instrumento, como ainda nos seguintes:

a — imperfeição, insegurança ou falta de solidez dos trabalhos executados, ainda que verificada após a sua aceitação pela Fiscalização (prevista na cláusula décima sexta), ou mesmo após o término do prazo do presente Contrato, na forma do estatuído no artigo 1.245 do Código Civil Brasileiro;

b — danos ou prejuízos causados à Contratante, aos prédios vizinhos, ou à coisa ou a pessoa de terceiros, em consequência de imprevidência, imperícia, negligência ou imprudência na execução dos serviços contratados;

c — inobservância de leis, regulamentos ou posturas;

d — infração relativa ao direito de propriedade individual.

PARÁGRAFO QUARTO

A Contratada não poderá subempreitar a outras firmas construtoras a totalidade dos serviços a executar, podendo entretanto, fazê-lo parcialmente, com o consentimento da

Contratante, continuando, nesta hipótese, a responder direta e exclusivamente perante a Contratante pelo fiel cumprimento das obrigações estabelecidas no presente contrato.

VIGÉSIMA — Rescisões

A Contratante poderá rescindir o presente Contrato, independentemente de qualquer procedimento ou interpelação judicial ou extrajudicial:

a — no caso de fraude cometida pela Contratada;

b — pela incapacidade técnica, financeira ou má fé da Contratada;

c — Se a Contratada falir ou entrar em Concordata;

d — se a Contratada deixar de iniciar os serviços dentro do prazo estabelecido ou se interrompê-los por mais de vinte (20) dias consecutivos a critério da Contratante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A rescisão do contrato implicará na perda total de garantia apresentada pela Contratada, em favor da Contratante que poderá cobrá-la a seu livre arbítrio.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Rescindindo o contrato, a Contratante entrará na posse imediata de todos os serviços executados, bem como de todo o material e equipamento existente no canteiro da obra, renunciando a Contratada, expressamente, ao exercício de direito de retenção sobre os mesmos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A Contratante, uma vez na posse dos serviços materiais e equipamentos, procederá a uma vistoria e arrolamento para o acerto final de contas, quando se for de seus interesses fará a aquisição do material.

VIGÉSIMA PRIMEIRA — Casos Omissos

Os casos omissos neste contrato, e em todas as peças que o integram, indistintamente, bem assim as dúvidas existentes, serão resolvidas pela Contratante, obrigando-se a Contratada a aceitar as soluções que forem apresentadas.

VIGÉSIMA SEGUNDA — Domicílio Legal

É eleito como domicílio legal a cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, em cujo foro serão decididas todas as questões, inclusive as judiciais, decorrentes do presente contrato.

VIGÉSIMA TERCEIRA — Contratação

E, por assim haverem ajustado, assinam as partes contratantes o presente Instrumento em sete (7) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas, para que produza os seus jurídicos efeitos.
Belém, Pa. 04 de fevereiro de 1974.

ZULIMA VERGOLINO DIAS — Contratante
 JOSÉ DE QUEIROZ ELIAS NASSAR
 Diretor

Em sinal A. Q. S. da verdade.
 Belém, 05.02.1974.
 Adriano de Queiroz Santos
 Tab. Subst.

(a) Ilegível — Diretor
 Contratada

Testemunhas:
 Ivan Gomes Vieira
 Reginaldo Corrêa de Melo

Cartório Queiroz Santos

Reconheço, por ter conferido com outras
 existente em meu arquivo as 3 assinaturas
 supra assinaladas com esta seta.

Cartório Queiroz Santos
 Reconheço, por ter conferido com outras
 existente em meu arquivo as 2 assinaturas
 supra assinaladas com esta seta.
 Em sinal A. Q. S. da verdade.
 Belém, 05.02.1974.
 Adriano de Queiroz Santos
 Tab. Subst.

Este contrato foi registrado em livro pró-
 prio, às fls. 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 31.
 NADIR OLIVEIRA — Secretária

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

OBRA: CENTRO REEDUCAÇÃO DE MENORES

E t a p a s	Assinatura	1º Mês	2º Mês	3º Mês	Total
Serviços Iniciais	85,2% 101.188,70	90,2% 5.936,00	95% 5.709,21	100% 5.936,00	118.720,00
Infra-Estrutura	50% 202.177,80	100% 202.177,81			404.355,61
Supra-Estrutura		5% 36.263,50	20% 108.790,50	100% 580.216,00	725.270,00
Paredes e Painéis		20% 85.272,20	80% 255.816,60	100% 85.272,20	426.361,00
Pavimentação	15% 29.412,90	40% 49.021,50	100% 117.651,60		196.086,00
Instalação Elétrica ...			30% 37.436,70	100% 87.352,30	124.789,00
Instalação Hidro-Sani- tária				100% 142.615,00	142.615,00
Complementação da Obra				100% 80.000,00	80.000,00
T O T A L	332.729,49	378.671,01	525.404,61	981.391,50	2.218.196,61

JOSÉ DE QUEIROZ ELIAS NASSAR
 Diretor
 (a) Ilegível — Diretor

ZULIMA VERGOLINO DIAS — Diretor

ESPECIFICAÇÕES GERAIS DE SERVIÇOS OBRA: "CENTRO DE REEDUCAÇÃO DE MENORES"

Especificações técnicas para execução de
 serviços e obras de construção da 1ª Etapa
 do Centro de Reeducação de Menores, locali-
 zado à Rodovia Belém — Brasília (Ananin-
 deua).

Generalidades:

01 — As presentes especificações se refe-
 rem a empreitada global da 1ª Etapa, com-
 prendendo o fornecimento de material e mão
 de obra com leis sociais, equipamentos, im-
 postos, taxas e todas as despesas legais que
 forem necessárias à completa execução da
 obra.

02 — Fica entendido que as dúvidas e
 omissões nestas especificações, serão resolvi-
 das pela fiscalização.

03 — Serão adotadas as seguintes normas
 e recomendações:

a) Lei número 4.150, de 25 de novembro
 de 1962, que instituiu o regime obrigatório de
 preparo e observância das normas técnicas nos
 contratos de obras e serviços, através Normas
 da ABNT, inclusive as relacionadas com a
 P—NB—140;

b) O Decreto n. 52.147, de 25 de junho de
 1963, que estabelece as normas para execução
 de Obras de edifícios públicos;

c) Os materiais e aparelhos que não te-

nham sido objeto de normas por parte da
 ABNT, serão sempre de primeira qualidade
 com referência as suas características físicas
 e químicas, obedecendo em sua aplicação, as
 normas do fabricante.

d) Os traços ou concretos que não esti-
 verem indicados nestas especificações, e que
 por particularidades locais tiverem que utili-
 zar materiais diversos dos recomendados nas
 normas serão sempre submetidos à aprovação
 da fiscalização, respeitadas as proporções es-
 tabelecidas nas normas.

04 — Farão parte dos elementos técnicos,
 fornecidos pela FBESP, as plantas de Arquí-
 tectura, de Estrutura e Instalações elétrica e
 hidráulica, cabendo ao construtor, ouvida a
 fiscalização, o desenvolvimento de qualquer de-
 talhe dos projetos apresentados, que se torne
 necessário à completa execução da obra.

00 — Projeto

00.1 — Estudos Topográficos

00.2 — Projeto de Arquitetura

Serão fornecidas plantas baixas, cortes
 transversais, e fachadas e complementos das
 presentes especificações, quando necessário.

00.3 — Aprovação de Projeto

Cabe a empreiteira submeter os projetos
 a aprovação dos órgãos locais competentes.

00.4 — Ensaio de Material

Serão executados de acordo com a res-
 pectiva norma de ABNT e por solicitação da
 fiscalização.

01 — Serviços Gerais

01.1 — Os agregados serão estocados em
 silos previamente preparados com piso de tá-
 buas. As argamassas serão executadas ou de-
 positadas para emprego em afoadores, tam-
 bém de tábuas.

02 — Preparação do Terreno

02.1 — Locação

Deverá ser obedecida rigorosamente a mo-
 dulação adotada para a obra. Para este serviço
 deverá ser usada trena de aço.

02.2 — Nivelamento

Serão obedecidos os níveis indicados nos
 cortes constantes das plantas de arquitetura,
 assim como RN fixados pela fiscalização.

02.3 — Terraplenagem

Será executada de acordo com o respec-
 tivo projeto visando a implantação das edifica-
 ções. Serão toleradas as pequenas declivida-
 des naturais do terreno para escalonamento
 dos blocos os quais deverão ficar aproxima-
 damente 0,30m acima do nível do terreno,
 sendo contudo necessário ouvir a fiscalização.

02.4 — Aterro de Caixão

Será executado com o material arenoso ou laterítico, isento de matéria orgânica, em camadas de 20cm, devidamente compactadas, na umidade conveniente, até a face superior das cintas.

Quando ocorrer altura de aterro maior que 0,50m a fiscalização poderá a seu critério exigir medidas complementares a fim de prevenir futuros recalques no piso; tais medidas compreendem: compactação mecânica, controle da densidade, etc.

03 — Fundações

03.1 — Generalidades

As fundações serão escolhidas em função dos estudos a serem procedidos no terreno, e serão tomadas todas as precauções que a técnica exigir inclusive no sentido de ser evitado esbarrocamento dos taludes das escavações. As fundações em princípio serão do tipo diretas e deverão ser lançadas a uma profundidade mínima de 1 m abaixo do terreno natural, ou maiores, a fim de atender requisitos de tensão admissível, conforme projeto estrutural.

03.2 — Caso a natureza e o comportamento do terreno se verifiquem tais que imponham alterações de tipo ou dimensões das fundações apresentadas, caberá ao Construtor propor e justificar as modificações que a seu critério devem ser realizadas encaminhando-as à Fiscalização a fim de serem as mesmas apreciadas e aprovadas. A execução das fundações implicará na responsabilidade integral do Construtor pela resistência das mesmas e pela estabilidade da obra.

03.3 — Tomar-se-á particular cuidado quanto aos dispositivos da NB 1 — no tocante à proteção das armaduras.

03.4 — O fundo das cavas será sistematicamente apilada e receberá uma camada de concreto magro, sobre a qual a fundação será executada.

03.5 — Quaisquer resultados de sondagens, estudos ou ensaios de caracterização do subsolo do terreno destinado à construção de que porventura disponha a FBESP serão fornecidos a Empreiteira, a título, "apenas", de orientação sobre as condições do local a ser edificado.

03.6 — De vez que a Empreiteira deverá assumir inteira responsabilidade pelo projeto, resistência e estabilidade dos trabalhos a executar, a ela compete julgar da conveniência de obter às suas custas as informações do subsolo, tais como: sondagens de reconhecimento, análise de agressividade de água subterrânea, ensaios de caracterização do terreno, etc.

03.7 — Quaisquer ensaios e pesquisas para caracterização do subsolo deverão ser normeados, naquilo que for aplicável, pelas normas

da ABNT atinentes ao assunto, particularmente a NB-12 e P-NB-51.

04 — Estrutura

04.1 — De Concreto Armado

Deverá obedecer ao projeto estrutural e as prescrições das normas NB-1, NB-4 e NB-16 da ABNT.

As peças estruturais com acabamento em concreto aparente deverão ser executadas com formas de madeirite, tomando-se precauções cabíveis para evitar deslocamento das formas durante a concretagem. A justa posição das chapas formando painéis ou caixas deverá ser bem executada, a fim de impedir a fuga da argamassa do concreto.

As formas deverão ser pintadas com Sika-Top para facilitar a desmoldagem.

O amassamento e vibração serão mecânicos. Deverá ser empregado aditivo ao concreto; recomendado, do tipo Plastiment, ou similar.

Deverá ser fixado um fator água-cimento que garanta para o cimento usado a resistência solicitada pelo cálculo estrutural. O limite máximo para o água-cimento será 0,60. Fatores menores deverão ser anotados para preencher requisitos de impermeabilidade.

04.2 — Concreto Ciclópico

O concreto ciclópico para as fundações em blocos será no traço 1 3:6 (cimento, agregado miúdo e agregado graúdo), adicionando-se 20 de pedra de mão, granito ou gnaíse.

04.3 — Materiais

A critério da Fiscalização poderão ser usados dos seixos de jazido.

Cimento: Portland

Aço: Conforme cálculo estrutural

Aditivo: Plastiment ou similar recomendado

05 — Instalações

05.1 — Serão executadas apenas as tubulações das instalações hidro-sanitárias e elétricas, aquelas que ficarão embutidas em pisos, paredes e lajes de concreto armado, das edificações.

05.2 — As tubulações de Água e Esgoto serão os do tipo P.V.C., com junta soldada. É vedado o uso de conexões metálicas de ferro galvanizado.

05.3 — As tubulações elétricas que porventura fiquem por sobre as lajes de forro, deverão ser em tubo de ferro pesado.

05.4 — Os registros de pressão para os chuveiros, serão em metal cromado, e os registros de gaveta que porventura venham a

ser necessário instalar nesta fase da obra serão em metal amarelo.

06 — Paredes

06.1 — Alvenaria

06.1.1 — Tijolos de Barro

1 — As paredes obedecerão as dimensões e alinhamentos indicados em planta. Serão de tijolos furados de barro recozido, (10x15x30), na espessura indicadas no projeto.

2 — A ligação dos pontos de paredes à estrutura de concreto armado será assegurada por pontas de vergalhões de aço, para este fim colocadas nas colunas cada 0,40m e pelo chapisco sobre em superfícies de concreto.

3 — Muro

Será construído um muro de alvenaria de tijolo de 15cm de espessura e 4 (quatro) metros de altura em todo o perímetro da obra intercalados por pilares de concreto armado de 4 em 4 metros, no sentido de sua extensão, e uma cinta de concreto armado na altura de 2 metros, tudo de acordo com detalhes apresentados, rebocados, interna e externamente.

Os pilares ficarão aparentes.

06.2 — Divisórias de Concreto Armado

As divisões internas dos banheiros serão executadas em concreto armado, levando em seu interior uma malha de aço CA-60-B, de 3, 4mm cada 20cm por cada 20cm, sentadas com relação a sua espessura.

Preço especial para as
Prefeituras Municipais do
Pará.

À venda no Arquivo da
Imprensa Oficial

IMPRESSOS EM GERAL

Municípios paraenses, mediante preço especial.

Os tacos para fixação dos caixilhos serão colocados nas fôrmas antes da concretagem.

07 — Tratamentos

07.1 — Camada impermeabilizadora

Sobre o aterro e na extensão de toda a obra, até a face externa das cintas ou baldrames, correrá uma camada de concreto simples no traço 1:2:5:5 com espessura de 10 cm, sem solução de continuidade. A alvenaria terá início sobre essa camada.

Deverá ser adicionada ao concreto aditivo impermeabilizante, do tipo plasto rete ou similar.

08 — Obras Complementares
08.1 — Elementos Vasados

Onde indicado no projeto arquitetônico, serão usados, elementos vasados de cimento.

Os elementos verticais de concreto armado dos setores de recepção e permanência, serão executados de acordo com os detalhes fornecidos pela Contratada e aprovado pela Fiscalização.

José de Queiroz Elias Nassar
Diretor

a) Ilegível
Diretor

Zulima Vergolino Dias

REGISTRO ESPECIAL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

10. OFÍCIO

Apresentado no dia 6 para Reg. e apontado sob o n. de ordem 85.683 do Protocolo Livro A n. 4 Registrado sob o n. de ordem 58.994 do livro B n. 23 de Registro de Títulos e Documentos.

Belém do Pará, em 6 de fevereiro de 1974

Regina Celia Martins Nunes
Oficial

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS

30. OFÍCIO DE NOTAS

Reconheço, por ter conferido com outras existentes em meu arquivo as 3 assinaturas supra assinaladas com esta seta.

Em sinal A.Q.S. da Verdade.

Belém, 05 de fevereiro de 1974.

Adriano de Queiroz Santos
Tabelião Substituto

(Ext. Reg. n. 492 — Dia: 15.2.74).

SECRETARIA DE ESTADO
DE AGRICULTURA

— EDITAL —

COMPRA DE TERRAS

De ordem do Sr. Diretor da Divisão de Terras, faço público que por Rosângela Maria Eloy S. Lopes, nos termos do artigo 11 do Decreto n. 7454 de 27.02.1971, que regulamenta a Lei de Terras do Estado, está sendo requerida por COMPRA, uma sorte de terras devolutas destinada à implantação da indústria Agro.Pecuária, sita à 14a. Comarca de Conceição do Araguaia, 38.º Termo e 38.º Município de Conceição do Araguaia, com as seguintes características: A área de Terras pretendida é parte do lote n. 139, situado no loteamento Rio Maria — Região do mesmo nome, distando do núcleo sede 208 kms. aproximadamente; limita-se ao Norte com o lote n. 140, a Leste com o 135 e 136, ao Sul com o 138 e a Oeste com parte do mesmo lote; medindo 3.000 metros de frente por 6.600 metros de fundos nas laterais, perfazendo um total de 1980 ha. 00A 00CA. Enquadrando-se nas seguintes coordenadas geográficas:

Ponto A — 49°43'09" WGr x 07°15'38" S
Ponto B — 49°41'28" WGr x 07°16'22" S
Ponto C — 49°42'55" WGr x 07°19'35" S
Ponto D — 49°44'35" WGr x 07°18'55" S

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela Imprensa e afixado no edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado neste Município.

Divisão de Terras, em 07 de fevereiro de 1974.

Agrim. José Luiz Lessa de Araújo
Chefe do Setor de Terras, em exercício

VISTO:

Eng.º Agr.º Jairo de Moura Pereira
Diretor da Divisão de Terras e Cadastro Rural

(T. n. 20822 — Reg. n. 512 — Dia: 15.2.74).

ASSINATURA DO
DIÁRIO OFICIAL

Abatimento de 30% para
as Prefeituras paraenses.

COMPRA DE TERRAS

De ordem do Sr. Diretor da Divisão de Terras, faço público que por Manoel Xavier Borges, nos termos do artigo 11 do Decreto n. 7454 de 27.02.1971, que regulamenta a Lei de Terras do Estado, está sendo requerida por COMPRA, uma sorte de terras devolutas destinada à implantação da indústria Agro.Pecuária, sita à 14a. Comarca de Conceição do Araguaia, 38.º Termo e 38.º Município de Conceição do Araguaia, com as seguintes características: o referido lote é de n. 01, situado no loteamento Rio Maria distando da sede do Município aproximadamente 150 km, limitando-se pela banda setentrional: uma reta aproximadamente 1.400 metros limitada pelas coordenadas geográficas 49°45'22" WGr x 07°18'52" S e 49°44'39" WGr x 07°19'08" S; banda meridional: Uma reta de aproximadamente 1.600 metros limitada pelas coordenadas geográficas 49°46'01" WGr x 07°22'04" S e 49°46'46" WGr x 07°21'46" S; banda oriental: Uma reta de aproximadamente 6.000 metros limitada pelos pontos de coordenadas supra descritos; banda ocidental: Uma reta de aproximadamente 5.900 metros limitada pelos pontos de coordenadas supra descritos; O polígono afeta a forma irregular de 4 lados, envolvendo aproximadamente uma área de 900 hectares.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela Imprensa e afixado no edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado neste Município.

Divisão de Terras, em 12 de fevereiro de 1974.

Agrim. José Luiz Lessa de Araújo
Chefe do Setor de Terras, em exercício

VISTO:

Eng.º Agr.º Jairo de Moura Pereira
Diretor da Divisão de Terras e Cadastro Rural

(T. n. 20822 — Reg. n. 512 — Dia: 15.02.74)

Regimento Interno e Resoluções da Junta Comercial do Pará.

SEPARATA A VENDA NO ARQUIVO DA IMPRENSA OFICIAL.

DIÁRIO OFICIAL

ESTADO DO PARÁ

CADERNO 2

N. 22.716

BELEM — SEXTA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 1974

ANÚNCIOS

Neste
Caderno

ANÚNCIOS

—xxx—

EDITAIS ADMI-
NISTRATIVOS

—xxx—

EDITAIS
JUDICIAIS

—xxx—

JUSTIÇA DO
TRABALHO DA
8.ª REGIÃO

MARQUES DOS REIS S/A. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

C.G.C.—M.F. 04.909.560/001

Ata da Assembléia Geral Extraor-
dinária, realizada no dia 22 de de-
zembro de 1973.

Aos vinte e dois (22) dias do mês de de-
zembro de mil novecentos e setenta e três
(1973), em sua sede social sita à Avenida Ro-
berto Camelier, n. 337, nesta cidade de Belém,
Capital do Estado do Pará, reuniram-se em
Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas
de Marques dos Reis S/A. — Materiais de
Construção, que foram regularmente convoca-
dos por Edital de Convocação no Diário Ofi-
cial do Estado de 14, 15 e 18 do corrente.
Constatado através do Livro de Presença, exis-
tir número legal de acionistas portadores de
Ações Ordinárias, foi procedida a escolha do
Presidente da Reunião que recaiu na pessoa
do acionista Joaquim Marques dos Reis, o
qual agradeceu a indicação e convidou a mim
Adriano Ribeiro Alves, para servir como se-
cretário, tiveram início os trabalhos da pre-
sente Assembléia.

A seguir o presidente mandou ler pelo Se-
cretário, o Edital de Convocação, o qual foi
publicado nos seguintes termos:

“MARQUES DOS REIS S.A. — MATE-
RIAS DE CONSTRUÇÃO — C.G.C. ...
N. 04.909.560/001 — ATA de Assembléia
Geral Extraordinária — EDITAL DE
CONVOCAÇÃO — Ficam convidados os
acionistas de Marques dos Reis S.A. —
Materiais de Construção, a se reunirem
em Assembléia Geral Extraordinária,
em sua sede social sita à Avenida Ro-
berto Camelier, n. 337, às 17:00 horas,
do dia 22 de dezembro do corrente para
deliberarem sobre a seguinte matéria:
a) Aumento de Capital de Cr\$ 900.000,00
(novecentos mil cruzeiros) para
Cr\$ 1.150.000,00 (hum milhão, cento e
cinquenta mil cruzeiros), com o apro-
veitamento de Reservas Livres, Lucros
Suspendidos e Correção Monetária; b) Al-
teração do artigo 6º dos Estatutos So-
ciais, e, c) O que ocorrer de interesse
para a sociedade. Belém (Pa), 11 de de-
zembro de 1973. a) Joaquim Marques
dos Reis — Diretor Presidente.

Após, o Presidente determinou ao Secre-
tário que procedesse a leitura da Proposta da
Diretoria, para elevação do Capital Social, com

o aproveitamento de reservas liberadas como
seja: “Lucros Suspendidos”, Reserva de Capital
de Giro e ainda com aplicação de parte do
Fundo de Correção Monetária do Ativo Imo-
bilizado.

“Senhores Acionistas”:

Propõe a Diretoria de Marques dos Reis
S.A. — Materiais de Construção, que seja au-
mentado o seu Capital Social em Cr\$ 250.000,00
(duzentos e cinquenta mil cruzeiros), com a
emissão de 25.000 (vinte e cinco mil) novas
ações ordinárias, nominativas, de valor no-
minal de Cr\$ 10,00 (Dez cruzeiros) cada, a se-
rem distribuídas aos nossos acionistas pro-
porcionalmente em relação às ações possui-
das, totalmente gratuitas em face de sua inte-
gralização ser com a aplicação de reservas
liberadas de nosso Balanço de 30.12.72, e as-
sim distribuídas:

“Lucros Suspendidos”	10.499,71
Fundo de Manut. de Capital de	
Giro	49.347,00
Fundo de Correção Monetária ..	190.153,29
	Cr\$ 250.000,00

Assim sendo todos os acionistas ficam dis-
pensados de se utilizarem do direito de pre-
ferência prevista em lei, para a subscrição das
novas ações, face serem estas concedidas de
forma igualitária.

Em consequência do aumento do capital
social de Cr\$ 900.000,00 para Cr\$ 1.150.000,00,
o art. 6º sofrerá alteração passando a vigorar
com a seguinte redação:

“Art. 6º — O Capital Social da Sociedade
é de Cr\$ 1.150.000,00 (hum milhão, cento e
cinquenta mil cruzeiros) dividido em 115.000
(cento e quinze mil) Ações Ordinárias, Nomi-
nativas de valor nominal de Cr\$ 10,00 (dez
cruzeiros)”.

É esta a proposta que apresentamos à
consideração e deliberação da outra Assem-
bléia Geral de Acionista.

Belém (Pa), 12 de dezembro de 1973

aa) Joaquim Marques dos Reis, Presidente
Adriano Ribeiro Alves, Diretor
Antonio Jorge dos Santos, Diretor
Mário Fernandes Carreira, Diretor

PARECER DO CONSELHO FISCAL:

Chamamos a opinar a Proposta da Direto-
ria de Marques dos Reis S.A. — Materiais
de Construção, que visa aumentar o seu Ca-

pital Social de Cr\$ 900.000,00 para Cr\$ 1.150.000,00 com a incorporação de reservas e outros recursos já liberados, e alteração do artigo 6º dos atuais Estatutos Sociais, face o Aumento, somos de PARECER que a mesma deva ser aprovada em Assembléia Geral de Acionistas, por ser do mais alto significado para os interesses sociais.

Belém (Pa), 15 de dezembro de 1973

- a) Antonio Maria da Silva
a) Antonio Leal
a) Maria José Moura Martins

Após a sua leitura o presidente colocou a matéria em discussão e como ninguém houvesse se manifestado, colocou-a em votação, resultando ser aprovada por unanimidade ficando a Diretoria autorizada a tomar as providências para a formalização legal dos atos aprovados.

Nada mais havendo a tratar o Presidente facultou a palavra a quem dela quisesse usar para tratar de assuntos de interesse geral. Como ninguém desejasse fazer uso da mesma, e verificando não mais existir assuntos, deu como encerrada a reunião, antes mandou lavrar a presente ata, que lida foi achada conforme sendo assinada por mim, Adriano Ribeiro Alves, Secretário, pelo Sr. Presidente e pelos presentes. Belém (Pa), 22 de dezembro de 1973. a) Joaquim Marques dos Reis, presidente; Adriano Ribeiro Alves, Secretário; Antonio Jorge dos Santos, Mário Fernandes Carreira e Maria Cecília Teixeira dos Reis.

Confere com o original lavrado no livro próprio.

a) Adriano Ribeiro Alves

Cartório Diniz

Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original que me foi exibido nesta data, pelo que autentico esta via.

Belém, 12 de fevereiro de 1974.

Ney Emil da Conceição Messias
Esc. autorizado

Junta Comercial do Estado do Pará—JUCEPA

Autarquia Estadual

Pague-se ao Banco do Estado do Pará S/A

o seguinte:

Emolumentos	140,00
Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos	20,00
	Cr\$ 160,00

Banco do Estado do Pará S/A.

Agência Centro

Belém, 1974.

Recebemos os valores acima.

—CAIXA— a) ilegível.

Junta Comercial do Estado do Pará—JUCEPA

Esta Ata em 5 (cinco) vias foi apresentada no dia 22 de janeiro de 1974 e mandada arquivar por Despacho da Junta de 30 do mesmo contendo 3 (três) folhas de ns. 729—31, que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 180/74. E para constar Eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará em Belém, 30 de janeiro de 1974.

Alfredo Ferreira Coêlho
Secretário Geral da JUCEPA
José Vieira Gonçalves
Vice Presidente em exercício
(Ext. — Reg. n. 485 — Dia: 15.02.74).

“CLUBE DE MÃES DA MARAMBAIA”

Resumo dos Estatutos do “Clube de Mães da Marambaia”, aprovados em sessão de Assembléia Geral realizada no dia 11 de dezembro de 1961.

Denominação: — “Clube de Mães da Marambaia”.

Fundo Social: — É constituído de: doações, contribuições, auxílios e subvenções, mensalidade, rendas de festivais, campanha, cursos, etc.

Fins: — O “Clube de Mães”, tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e infância, velando pela saúde, e bem-estar e às necessidades da criança, da gestante, e especialmente:

a) reunir as mães, através de atividades de grupo orientando-as, por meio de ensinamento adequados, proporcionando-lhes mais aptidões para o melhor desempenho de suas funções domésticas;

b) divulgar os preceitos de higiene, puericultura, recreação orientada às crianças, e assistência social por meio de palestras, cursos, exposições e outros meios;

c) acatar iniciativas ou empreendimentos médico-sociais em favor da maternidade e da infância.

Parágrafo Único — A fim de obter recursos necessários para organização, instalação e ampliação, melhorias e manutenção dos serviços, o “Clube de Mães”, promoverá festivais e campanhas para aquisição de doativos e contribuições, assim como poderá solicitar aos governos municipal, estadual e federal, auxílios e subvenções permanentes ou extraordinários.

Sede: — Cidade de Belém, Estado do Pará, Brasil.

Data da Fundação: — 11 de dezembro de 1960.

Administração e Representação: — A Diretoria.

Prazo do mandato da Diretoria: — 1 ano.

Duração: — Tempo indeterminado.

Dissolução: — Em caso de dissolução do “Clube de Mães”, o seu patrimônio passará a pertencer à outra instituição idônea que tenha os mesmos objetivos (proteção à maternidade e infância) de personalidade jurídica, de Direito Privado, de caráter público que preveja em seus Estatutos, a segurança e a continuidade indispensável do patrimônio.

Responsabilidade: — Os sócios respondem subsidiariamente pelas obrigações.

Diretoria: — Presidente, Irad Oliveira Amin, brasileira, casada, doméstica, residente à Trav. Dr. Eneias Pinheiro n. 2580.

Vice-Presidente, Maria Nadir do Vale, brasileira, casada, doméstica.

Secretária: Maria de Lourdes Nery da Cunha, brasileira, casada, doméstica.

Tesoureira: Antonia de Souza Lima, brasileira, casada, doméstica.

Belém,

IRAD OLIVEIRA AMIN

Presidente

(T. n. 20814 — Reg. n. 496 — Dia 15.2.74)

LIGA ESPORTIVA MUNICIPAL — CAPITÃO POÇO (LEMCP)

Resumo dos Estatutos da Liga Esportiva Municipal — Capitão Poço (LEMCP) aprovados em sessão de 1 de fevereiro de 1974. Denominação: — Liga Esportiva Municipal Capitão Poço (LEMCP).

Fundo Social: — É constituído de: doações, subvenções, rendas de jogos, juros de capitais depositados em nome da L. E. M. C. P., taxas de inscrições, jóia, etc.

Fins: — Tem por fim: Incumbe a L. E. M. C. P., como suprema dirigente dos desportos do Município de Capitão Poço, o seguinte:

a) Representar os desportos municipais junto aos poderes públicos, entidades desportivas e nas relações com terceiros;

b) Promover e incentivar para o seu próprio engrandecimento a organização e defesa dos seus interesses, de modo a conservar-se em nível moral social, compatível com suas finalidades;

c) Procurar manter estrita harmonia entre as associações filiadas, cabendo-lhe intervir, como árbitro a pedido ou “ex.officio”, em todas as desavenças que porventura venham surgir entre sociedades, e que de algum modo forme ameaça ao equilíbrio da vida desportiva local;

d) Regulamentar, dirigir e fazer propaganda dos desportos em geral, deste Município;

e) Promover intercâmbio desportivo entre as sociedades deste e de outros municípios, observando as leis em vigor;

f) Observar o código brasileiro de futebol de acordo com os princípios legais;

g) Expedir boletins a todas as sociedades filiadas, comunicando as suas decisões, bem como as decisões da Federação Paraense de Futebol e da Confederação Brasileira de Desportos, de que tenha conhecimento;

h) Fazer afixar essas decisões em um local próprio de sua sede para conhecimento dos que se interessarem;

i) Promover e fazer disputas anualmente os campeonatos, (mais outras provas) desportivos municipais e não só dirigir mas outras provas ou festas desportivas que instituir e realizar;

j) Regulamentar as inscrições e transferências de atletas de uma para outra filial;

k) Cumprir e fazer cumprir as Leis do País, observando rigorosamente as disposições deste Estatuto, bem como as dos regulamentos e códigos que criar;

l) Cumprir e fazer cumprir as determinações emanadas da F. P. F. e da C. B. D., como entidades esportivas superiores;

m) Reformar estatutos, regulamentos e códigos;

n) Aplicar as penalidades de que forem passíveis as sociedades, os membros e árbitros da L. E. M. C. P. quando nas inobservâncias deste Estatuto, dos regulamentos, códigos, leis ou deliberações legalmente firmadas;

o) Anistiar, perdoar, comutar as penas impostas às sociedades ou seus atletas, membros e árbitros.

Sede: — Município de Capitão Poço.

Data da Fundação: — 1 de fevereiro de 1974.

Duração: — Tempo indeterminado.

Administração e Representação: — A Diretoria.

Prazo de mandato da Diretoria: — 2 anos.
Responsabilidade: — A Diretoria responderá, subsidiariamente, pelas obrigações contraídas.

Dissolução: — Em caso de dissolução da Liga, os bens serão doados à uma instituição de caridade.

Diretoria: Presidente, Antonio Rufino de Souza, brasileiro, casado, comerciante, residente em Capitão Poço.

Vice-Presidente, Eurico Siqueira Neto, brasileiro, casado, proprietário, residente em Capitão Poço.

1º Secretário, Manoel Justino Neto, brasileiro, casado, funcionário público estadual, residente em Capitão Poço.

2º Secretário, Raimundo Marques Aguiar, brasileiro, casado, comerciante, residente em Capitão Poço.

1º Tesoureiro, Reinaldo José Lobato, brasileiro, casado, bancário, residente em Capitão Poço.

2º Tesoureiro, Walter Batista Pereira, brasileiro, casado, comerciante, residente em Capitão Poço.

P.p. ASDRUBAL MENDES BENTES
 (T. n. 20811 — Reg. n. 495 — Dia 15.2.74)

BAIA DO SOL AGRO PASTORIL S/A "BAIA DO SOL"

Ata de Assembléia Geral Ordinária da Baía do Sol Agro Pastoral S/A — "Baía do Sol"

Aos quatro dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e três, em sua sede social sita à Av. Generalíssimo Deodoro, n. 1122 nesta cidade de Belém, Estado do Pará, às 19:00 horas, reuniram-se os acionistas da BAIA DO SOL AGRO PASTORIL S/A. — "BAIA DO SOL". — Verificada a presença de número legal para a reunião na conformidade das assinaturas postas no Livro de Presença dos Acionistas, assumiu a presidência dos trabalhos o acionista Ronaldo Francisco Fontenelles de Lima, Diretor Presidente da referida sociedade, que convidou para secretariá-lo o acionista Euro Tourinho Filho. Instalada a mesa, o Senhor Presidente mandou ler o Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado e nos jornais "O Liberal" e "Folha do Norte", nos dias 22, 25 e 26 de setembro de 1973, cujo teor é o seguinte: BAIA DO SOL AGRO PASTORIL S/A. — "BAIA DO SOL" — CONVOCAÇÃO — Ficam os Senhores acionistas da BAIA DO SOL AGRO PASTORIL S/A. — "BAIA DO SOL", a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária às 19:00 horas do dia 4 de outubro em sua sede Social à Avenida Generalíssimo Deodoro, 1122, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, a fim de tratarem sobre: a) Eleição de nova Diretoria; b) Outros assuntos. Belém, 21 de setembro de 1973. A DIRETORIA. Dando prosseguimento, o Sr. Presidente informou que na conformidade do item A da Convocação iria proceder à eleição dos Membros da Diretoria em número de três e dos Membros do Conselho Fiscal, de acordo com o previsto na lei específica, assim como de seus suplentes. Os acionistas presentes propuseram que deveria continuar na função de Diretor Presidente o Senhor Ronaldo Francisco Fontenelles de Lima como de fato continuou, tudo conforme verificado após terem sido recolhidos os votos, ficando assim constituída a Diretoria da referida sociedade: Diretor Presidente: Ronaldo Francisco Fontenelles de Lima, bra-

sileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Boaventura da Silva, n. 320, C.P.F. n. 000850142, Carteira de Identidade n. 316.257/2a. Diretor Administrativo: Euro Tourinho Filho, brasileiro, solteiro, engenheiro-agronomo, residente e domiciliado nesta cidade, à Av. Dr. Freitas n. 1628, casa n. 1.º, conjunto Itaúba, C.P.F. n. 006199902, Carteira de Identidade n. 534.599/2a. Diretor Financeiro: Oneide Nazaré de Lima Almeida, brasileira, casada, advogada, residente e domiciliada nesta cidade, à Trav. Benjamim Constant, n. 444, Conj. Reis Magos, Ed. Ouro, apto. 162, C.P.F. n. 000072182, Carteira de Identidade n. 1136—0—65 O.A.B., Seção do Pará. O Senhor Presidente declarou portanto constituída a Diretoria da Sociedade e ato contínuo por se acharem todos eleitos presentes à Assembléia, declarou-os empossados nas respectivas funções. Passou, logo após o Senhor Presidente à eleição do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, sendo a proposta do Senhor Presidente aprovada por unanimidade, sendo eleitos para Membros do Conselho Fiscal, na qualidade de efetivos os Senhores: Jonas Cortes Moreira, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, à Av. Alcindo Cacela, n. 1866, C.P.F. n. 000426092, Carteira de Identidade n. 788.595. Maria Suely Rodrigues Lôbo, solteira, brasileira, contadora, residente e domiciliada nesta cidade, à Rua O' de Almeida, n. 298, Ed. Maria do Céu, apto. 101, C.P.F. 023488962, Carteira de Identidade n. 647.554, C.R.C. n. 2564—PA. Paulo Dias, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, à Braz de Aguiar, n. 774, C.P.F. n. 000153692, Carteira de Identidade n. 383.396. e para seus respectivos suplentes os Senhores: Celso Malcher, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, à Braz de Aguiar n. 152, C.P.F. n. 000614412. Carteira de Identidade n. CRM 137. José Godinho Pereira, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Dr. Moraes, n. 24, C.P.F. n. 000429782, Carteira de Identidade n. 441.176/2a. João Juvandir de Souza Monteiro, brasileiro, casado, contabilista, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Oliveira Belo, n. 58, C.P.F. n. 014218402. Carteira de Identidade n. 4.374. O Senhor Presidente da mesa, em seguida determinou que se lavrassem no livro próprio os termos respectivos. Em continuação, o Senhor Presidente pôs em discussão a fixação dos honorários da Diretoria. O acionista Euro Tourinho Filho, propôs que os honorários da Diretoria fossem estabelecidos em Cr\$ 1.000.00 (hum mil cruzeiros), valores esses a serem pagos mensalmente a partir de outubro de mil novecentos e setenta e três. Submetida a proposta do acionista Euro Tourinho Filho, à votação dos presentes, com abstenção dos votos dos interessados, foi a mesma aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente declarou que a palavra estava à inteira disposição dos presentes e como, ninguém a usasse, declarou encerrados os trabalhos, suspendendo-se a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ATA que, após lida e adiada conforme, vai por mim assinada e pelo Sr. Presidente.

Belém, 04 de outubro de 1973.

Ronaldo Francisco Fontenelles de Lima
 Diretor Presidente
 CPF — 000.850.142

Euro Tourinho Filho
 Secretário
 CPF — 000.628.712

Cartório Diniz

Reconheço as firmas supra de Ronaldo Francisco Fontenelles de Lima e Euro Tourinho Filho.

Belém, 25 de janeiro de 1974.
 Em testemunho NECM de verdade.
 Ney Enil da Conceição Messias
 Esc. autorizado

Junta Comercial do Estado do Pará—JUCEPA

Esta Ata em 6 (seis) vias foi apresentada no dia 04 de fevereiro de 1974 e mandada arquivar por Despacho da Junta de 05 do mesmo contendo 2 (duas) folhas de ns. 797—98, que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento n. 196/74. E para constar Eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará em Belém, 05 de fevereiro de 1974.

Alfredo Ferreira Coêlho
 Secretário Geral da JUCEPA

José Vieira Gonçalves
 Vice Presidente em exercício
 (T. n. 20815 — Reg. n. 498 — Dia: 15/02/74).

MARTINI, IMPORTADORA DE MÓVEIS S/A.

— A V I S O —

Por este meio, comunico aos senhores acionistas que os documentos de que trata o Artigo 99, letras "a", "b", "c" e "d" da Lei das Sociedades Anônimas, acham-se à disposição dos mesmos, em nossa Sede Social, nas horas de expediente normal.

Belém, 11 de fevereiro de 1974.

a) HUGO MARTINI
 Presidente
 (Ext. Reg. n. 506 — Dia 15.02.74)

NELITO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.

— A V I S O —

Por este meio, comunico aos senhores acionistas que os documentos de que trata o Artigo 99, letras "a", "b", "c" e "d" da Lei das Sociedades Anônimas, acham-se à disposição dos mesmos, em nossa Sede Social, nas horas de expediente normal.

Belém, 11 de fevereiro de 1974.

a) MANOEL BRITO DE ALMEIDA
 Presidente
 (Ext. Reg. n. 507 — Dia 15.02.74)

CIA. DE TECIDO DA AMAZÔNIA S/A.

— A V I S O —

Por este meio, comunico aos senhores acionistas que os documentos de que trata o Artigo 99, letras "a", "b", "c" e "d" da Lei das Sociedades Anônimas, acham-se à disposição dos mesmos, em nossa Sede Social, nas horas de expediente normal.

Belém, 11 de fevereiro de 1974.

a) ANTONIO ELIAS ASSAD ASBEG
 Diretor
 (T. n. 20.816 — Reg. n. 500 — Dia 15.02.74)

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARÁ

Assembléia Geral de Eleição

CONVOCAÇÃO

Para os efeitos dos artigos 65 e 66 dos Estatutos convoco os senhores associados, em pleno gozo dos seus direitos sociais, para a reunião de Assembléia Geral, que terá lugar no próximo dia 28 do corrente mês, às 14 horas em sua sede social, Palácio do Comércio, à Rua Santo Antonio n. 363, para eleger, por escrutínio secreto, para o biênio 1974/1976:

a) A Mesa de Assembléia Geral; b) os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes; c) 18 Diretores para compor a Diretoria; d) 10 membros para compor o Conselho Superior e Arbitral e e) 15 suplentes de diretores. O recebimento de votos será iniciado às 14 horas e às 18 horas o Presidente fará encerrar a lista dos votantes, somente admitindo a votar, de então em diante, os sócios que ainda estiverem no recinto e cujas assinaturas constem do livro ou lista de votantes. As chapas poderão ser impressas, datilografadas ou mimeografadas, em papel branco, sem nomes riscados ou substituídos, não sendo computados as que contrariarem este preceito, nem

as colocadas em maior número em um só envelope, salvo se idênticas, contando-se, entretanto, um só voto. Para ser votado é preciso que o associado conte mais de 12 meses de inscrito no quadro social para votar, mais de 6 meses.

Belém, 15 de fevereiro de 1974.

Antonio Barbosa Ferreira Vidigal
Presidente da Assembléia Geral

(T. n. 20750 — Reg. n. 463 — Dia: 15/02/74).

EDITAIS ADMINISTRATIVOS

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

Diretoria Regional do Pará

EDITAL — CONCORRÊNCIA N. 005/74

A Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, através da Comissão Permanente de Concorrência, comunica às firmas interessadas que no dia 21 de fevereiro corrente, às 10 horas, estará processando uma concorrência para fornecimento e instalação de uma COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA TELEFÔNICO DO EDIFÍCIO SEDE da referida Diretoria, compreendendo: — EQUIPAMENTOS: 1 (uma) Central Telefônica PABX-ARD 561 da marca ERICSSON dotada de 10 troncos, 10 circuitos de conversação e 60 ramais, com capacidade de ampliação para 40 troncos, 20 circuitos de conversação e 270 ramais; 1 (um) carregador de baterias BM MB 4215, 48 V 5A; 1 (uma) bateria de chumbo 2R5-10, 48 V 42 AH; EQUIPAMENTO COMPLEMENTAR: Discriminador interurbano; OUTROS SERVIÇOS: A empreiteira deverá entregar os equipamentos supracitados devidamente instalados e funcionando. Para o correto funcionamento do sistema deverá ser executada uma rede de distribuição em todos os pavimentos do Edifício Sede, atingindo os pontos assinalados nas plantas que os interessados poderão conhecer. Demais detalhes e condições poderão ser obtidos junto à Seção do Material, no 3o. andar do Edifício Sede da mencionada Diretoria Regional, sito à Av. Presidente Vargas n. 498, nesta cidade.

Belém, 12 de fevereiro de 1974

Carmela Manfredi Barroso

Presidente da Comissão Permanente de Concorrência

(Ext. Reg. n. 508—Dias—15 e 16.02.74)

SECRETARIA DE ESTADO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — SEVOP —

TOMADA DE PREÇO N. 03/74

A V I S O

A Comissão Permanente de Licitação constituída pela Portaria n. 04 de 29 de janeiro de 1973 avisa aos interessados, que se encontra afixado no hall de entrada, na sede da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, situada à Trav. Frutuoso Guimarães, n. 90, o Edital de Tomada de Preço

n. 03/74—SEVOP, para construção de uma Escola de 1.º Grau no bairro da Campina na vila de Icoaraci.

Outrossim, informa que a abertura das propostas realizar-se-á no dia 18 de fevereiro do corrente ano, às 11:00 horas.

A cópia do Edital poderá ser obtida na sala de Licitação assim como todas as informações necessárias com o Presidente da Comissão.

Belém, 08 de fevereiro de 1974.

ERNESTO REIS BRAGA

Presidente da Comissão de Licitação

(G. — Reg. n. 452 — Dias: 13, 14 e 15/02/74).

SECRETARIA DE ESTADO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — SEVOP —

A V I S O

A Comissão Permanente de Licitação constituída pela Portaria n. 04 de 29 de janeiro de 1973 avisa aos interessados, que se encontra afixado no hall de entrada, na sede da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, situada à Trav. Frutuoso Guimarães, n. 90, o Edital de Concorrência n. 01/74 —SEVOP, para fornecimento de Veículos para esta Secretaria.

Outrossim, informa que a abertura das propostas realizar-se-á no dia 22 de fevereiro do corrente ano, às 11:00 horas.

A cópia do Edital poderá ser obtida na sala de Licitação assim como todas as informações necessárias com o Presidente da Comissão.

Belém, 07 de fevereiro de 1974.

ERNESTO REIS BRAGA

Presidente da Comissão de Licitação

(G. — Reg. n. 452 — Dias: 13, 14 e 15/02/74).

CONSULTORIA E ANALISES S/C

CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE FIRMA INDIVIDUAL

CLÁUSULA I — DENOMINAÇÃO

A denominação da Empresa ora constituída, será Consultoria e Análises S/C.

CLÁUSULA II — CAPITAL

O Capital será de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), totalmente integralizado pelo seu titular, Luiz Acácio de Oliveira Teixeira, brasileiro, casado, Economista, Registrado no CREP da 9a. Região sob o n. 172, CPF..... 001326082, Identidade n. 514.456 da SEGUP Pa. —, no ato da assinatura do presente

Contrato.

CLÁUSULA III — ATIVIDADE

A Empresa ora constituída, se dedicará à prestação de Serviços Técnicos a Empresas no campo de Consultoria, Análises e Assessoria Contábil.

CLÁUSULA IV — SEDE

A sede da Empresa será nesta cidade de Belém — Estado do Pará, podendo seu titular abrir Escritório, Departamento ou Filiais em outras cidades do Brasil, onde ache conveniente para o desenvolvimento da Empresa.

CLÁUSULA V — TEMPO DE DURAÇÃO DA EMPRESA

O tempo de duração da Empresa ora constituída, será por prazo indeterminado, a juízo de seu titular.

CLÁUSULA VI — CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

Poderá a Empresa contratar serviços de terceiros, pagando-lhes as remunerações acertadas.

Belém, 13 de fevereiro de 1974.

LUÍZ ACÁCIO DE OLIVEIRA TEIXEIRA

C. P. F. n. 001326082

Testemunhas:

Eduardo Alberto da Silva Lima

Iorlando Dias Vieira

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS

Reconheço, por ter conferida com outras existentes em meu arquivo, as assinaturas supra assinaladas com esta seta.

Em sinal A.Q.S. da verdade.

Belém, 13 de janeiro de 1974. — (a) Adria. no Q. Santos, Tabelião Substituto.

CARTÓRIO DINIZ

Reconheço a firma supra assinalada de Iorlando Dias Vieira.

Belém, 13 de janeiro de 1974.

Em sinal N.E.C.M. da verdade. — (a) Ney Emil da Conceição Messias, Escrevente Autorizado.

CARTÓRIO DINIZ

7.º Ofício

Certifico e dou fé que a presente cópia fotostática confere com o original que me foi exibido nesta data, pelo que autentico esta via.

Belém, 13 de janeiro de 1974.

Ney Emil da Conceição Messias

Escrevente Autorizado

(T. n. 20817 — Reg. n. 502 — Dia 15.2.74)

Tribunal de Justiça

Presidente: Des. AGNANO MONTEIRO LOPES Secretário: Dr. LUIS FARIA

DIÁRIO OFICIAL — CADERNO 2

Fevereiro — 1974 — 5

EDITAIS JUDICIAIS

COMARCA DA CAPITAL

EDITAL DE PRAÇA

O Doutor ARMANDO BRAULIO PAUL DA SILVA, Juiz de Direito da 6a. Vara da Comarca da Capital, na forma da lei, etc...

FAZ SABER a quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, no processo de execução movido por BANCO DO ESTADO DO PARÁ, SOCIEDADE ANÔNIMA, contra MALOCA TURISMO, SOCIEDADE ANÔNIMA, para cobrança de Notas Promissórias no valor total de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros), em curso nesta Comarca, Cartório do Serventuário que este subscree, foi designado o dia 06 (seis) de março do corrente ano, às onze horas e trinta minutos, no Forum, para a realização da praça dos bens penhorados ao executado e que são os seguintes: Uma benfeitoria representada por um prédio, tipo restaurante, onde se encontra o estabelecimento denominado "MALOCA", sito à Praça de Turismo Presidente Kennedy, edificado em terreno de Marinha (Patrimônio da União), com uma área construída de 432,20m² (quatrocentos e trinta e dois metros e vinte centímetros quadrados), sendo 100m² (cem metros quadrados) destinados à pista de dança, decorados com tacos de troncos de árvores chumbados no solo, 193m² (cento e noventa e três metros quadrados) destinados a uma área de circulação, com piso revestido de cimento em cores, onde estão fixadas 16 (dezesesseis) mesas de concreto; na pista de dança estão fixadas 7 (sete) mesas de cerâmica especial. Os pisos estão em diferentes níveis, existindo uma área anexa a anteriormente descrita, totalmente de alvenaria, com piso de mosaicos "São Caetano", com paredes revestidas de azulejos, área em que funciona copa cozinha, dois toiletes sociais, e uma para empregados, além de uma área destinada a um vestiário. Esta área está totalmente coberta com telhas BRASILIT, revestidas de palhas, com cento e vinte e cinco metros quadrados (125m²). No mesmo nível da sobreloja anteriormente descrita, existe uma área de oito metros e setenta e cinco centímetros quadrados (8,75m²) destinada a serviços de som. A parede externa que circunda toda a construção possui um pé direito de 2,20m (dois metros e vinte centímetros) de paxiuba (madeira nativa de conhecida resistência.) A benfeitoria antes descrita está livre e desembaraçada de quaisquer ônus e avaliada em cento e noventa e quatro mil cruzeiros (Cr\$ 194.000,00).

No dia, hora e local acima referidos o imóvel será levado à praça para venda a quem o maior lance oferecer acima da avaliação, e, se licitante não houver que ofereça preço superior à avaliação, o imóvel será vendido no

dia 25 de março, do corrente ano, às 11:30 horas, no Forum, pelo maior preço oferecido.

Para conhecimento dos interessados, foi expedido o presente Edital, que será afixado no Forum, publicado uma (1) vez no DIÁRIO OFICIAL e duas (2) em jornal de maior circulação no Estado.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Belém, aos dias do mês de fevereiro de 1974.

Eu, Ana da Mata Lobato, Escrivã do Cartório do 6o. Ofício, o datilografei e escrevi.

Dr. Armando Braulio Paul da Silva
Juiz de Direito da 6a. Vara da
Comarca da Capital
(Ext. Reg. n. 499 — Dia — 15.02.74)

COMARCA DA CAPITAL

EDITAL DE PRAÇA

O DOUTOR NELSON SILVESTRE RODRIGUES AMORIM, JUIZ DE DIREITO DA NONA VARA NO EXERCÍCIO ACUMULATIVO DA SEGUNDA VARA DO CÍVEL E COMÉRCIO DA COMARCA DE BELÉM, CAPITAL DO ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA DO BRASIL, ETC...

FAZ SABER aos que o presente edital de praça com o prazo de dez dias virem, ou por qualquer outro meio, dele tenha conhecimento, que no dia DEZENOVE (19) do mês corrente de FEVEREIRO, às ONZE HORAS E TRINTA MINUTOS (11:30 hrs.), no Palácio da Justiça, 3o. andar, à Praça Felipe Patroni, nesta capital e porta da sala de audiências do Juiz acima, irá a público pregão de venda e arrematação em Praça, o bem abaixo descrito, penhorado à executada para garantir o pagamento do pedido e demais despesas decorrentes na Ação Executiva (Execução) proposta por COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FERRAGENS E MADEIRAS S. A., contra REDIMEX LTDA. — REPRESENTAÇÕES DISTRIBUIÇÃO E EXP., firma estabelecida à Av. Alcindo Cacela, n. 1297, nesta capital, a saber:

UM CASCO em madeira de lei, próprio para embarcação a motor, denominado "AQUARIUS", com capacidade bruta de 16.461 quilos e líquida de 14.641 quilos, devidamente inscrita na Capitania dos Portos do Estado do Pará e Território Federal do Amapá, sob o n. 16.318, classe E-2-C, armando em lante com 1 mastro desarmado, 2 porões, tendo como gaiolagem 2 compartimentos na popa e na proa 1 pequena cabine de comando, no centro 1 porão próprio para instalação do motor propulsor. Avaliado em Cr\$ 10.000,00 (DEZ MIL CRUZEIROS). — A embarcação está ancorada às margens do Rio Guamá, nos fundos da Estância de Madeira Muju, à Av. Bernardo Sayão, n. 4.614, perímetro compreendido entre a Av. José Malcher e a Passagem São Lá

zaro, nesta cidade.

EX-VI do artigo 687, inciso V, do Código de Processo Civil em vigor, fica comunicado aos executados e demais credores, se houverem e a quem mais interessar possa, que se no dia designado para a praça, acima referido, o bem não alcançar lance igual ou superior ao da avaliação, será vendido a quem maior preço oferecer, EM SEGUNDA PRAÇA, que se realizará no dia PRIMEIRO (1o.) de MARÇO próximo, às ONZE HORAS E TRINTA (11:30 hrs.) MINUTOS, no mesmo local, no Forum desta capital. — QUEM PRETENDER arrematar referido bem deverá comparecer no dia, hora e local mencionados, a fim de dar seu lance ao Porteiro dos Auditórios que aceitará o de quem mais oferecer sobre a avaliação. — O COMPRADOR pagará na Banca o preço de sua arrematação, as comissões do Porteiro, Escrivão, custas da arrematação e a respectiva Carta. — E para que chegue ao conhecimento de todos e os interessados não aleguem ignorância, será o presente edital publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, jornal de grande circulação e afixado no lugar de costume, na sede deste Juízo. — Dado e passado nesta cidade de Belém do Pará, aos 4 dias do mês de fevereiro de 1974. Eu, a) Illegível, Escrivão Vitalício do Cartório do Quinto Ofício do Cível e Comércio da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, subscreevo.

Dr. Nelson Silvestre Rodrigues Amorim
Juiz de Direito da 9a. Vara no
exercício da 2a. Vara.

(Ext. Reg. n. 501 — Dia — 15.02.74)

COMARCA DA CAPITAL

EDITAL DE CITAÇÃO

O Doutor Romão Amoêdo Neto, Juiz de Direito da Primeira Vara Cível, privativa de Órfãos, desta Comarca de Belém do Pará,

Faz saber aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, expedido nos autos de inventário dos bens ficados por falecimento de Izabel Monteiro Coelho, dos quais é inventariante Manoel Constantino Monteiro Coelho, que se processa perante este Juízo, expediente do escrivão Odon Gomes da Silva, e atendendo ao que lhe foi requerido por parte do inventariante, que afirmou estarem os citados em lugar fora desta Comarca de Belém, pelo presente edital que será afixado na sede deste Juízo, no lugar de costume e, por cópia, publicada uma vez no "Diário da Justiça" e pelo menos duas vezes em jornal local, e de acordo com a parte final do artigo 999 do atual Código do Processo Civil, cita, Maria Sinamor de Lima Ribeiro, nascida a 9 de setembro de 1939, e seu marido Pedro José Ribeiro, brasileiro, comerciante, domiciliados e residentes na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara; Maria

Izabel Coelho Batista, de prendas domésticas, e seu marido Ismael Albuquerque Batista, comerciante, residente no Município de Juruti, Estado do Pará, para, no prazo de vinte (20) dias, que correrá da data da primeira publicação do presente, fazerem-se representar no inventário por advogado legalmente habilitado e contestarem, nos dias subsequentes, as declarações prestadas pelo inventariante, alegando o que se lhes oferecer em defesa de seus direitos, sob pena de decorrido o prazo marcado, se considerar perfeita a citação e ter início o prazo para a contestação, na forma da lei. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da lei.

Dado e passado nesta Cidade de Belém do Pará, aos quatro (4) dias do mês de fevereiro de 1974. Eu, Odon Gomes da Silva, escrivão, o escrevi. — (a) Dr. ROMÃO AMOEDONETO, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, privativa de Orfãos, desta Comarca de Belém do Pará.

(Ext. — Reg. n. 486 — Dia 15.2.1974)

CARTÓRIO DO 8º OFÍCIO DO CÍVEL E COMÉRCIO LEILÃO PÚBLICO

EDITAL

A Dra. Maria Lucia Caminha Gomes, Juíza de Direito da Quarta Vara Cível e Comércio da Comarca de Belém do Pará, República Federativa do Brasil, etc.,

Faz saber aos que o presente Edital de Leilão Público com o prazo de dez (10) dias virem ou por qualquer outro meio de conhecimento, que no dia primeiro (1) de março de 1974, às dez (10) horas, no Palácio da Justiça, à Praça Felipe Patroni, terceiro andar, à porta da sala de audiências do Titular acima, irá a público pregão de venda e arrematação, em Leilão Público, o bem abaixo descrito, penhorado para garantir o principal e acessórios, na Ação Executiva (Duplicatas) promovida por Andrade Silva & Cia. contra Lopes Engenharia Ltda., a saber: — Um (1) Elevador de Plataforma, construído com tubos de metal, com aproximadamente três (3) polegadas de diâmetro, dividido em etapas, cada uma medindo dois metros, e extensão total atual de vinte metros, com base de ferro 16T3.E1, tendo freio automático, com assento também em ferro, alavanca de partida e chegada, freio automático, com capacidade aproximada de 2.000 quilos, carretas com cabos de aço, acionado por um motor marca "Arno", trifásico, 653 E. R. P. M. — 1710, e 10 H. P., série C — n. 284, sendo que dito bem está a serviço num edifício em construção sito à Avenida Gentil Bittencourt n. 54, trecho compreendido entre as avenidas Serzedelo Corrêa e Presidente Pernambuco, avaliado em vinte e cinco mil cruzeiros. (Cr\$ 25.000,00). Quem pretender arrematar referido bem, deverá comparecer no dia e hora mencionadas, a fim de dar seu lance ao leiloeiro judicial, que aceitará o de quem mais oferecer. O comprador pagará à banca o preço de sua arrematação, as comissões do leiloeiro, porteiro, escrivão e custas de arrematação e a respectiva carta. E para que chegue ao conhecimento de todos, e os interessados não aleguem ignorância, será o presente Edital publicado no "Diário Oficial" do Estado e em jornal de grande circulação, e afixado no lugar de costume. Dado e passa-

do nesta cidade de Belém do Pará, aos sete (7) dias do mês de fevereiro de 1974. Eu, Edgar Lobato de Almeida, escrevente juramentado do Cartório do 8º Ofício do Cível e Comércio, datilografei e subscrevo. — Dra. MARIA LUCIA CAMINHA GOMES, Juíza de Direito da 4ª. Vara Cível da Comarca da Capital.

(Ext. — Reg. n. 497 — Dia 15.2.1974)

PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar as seguintes pessoas: Raimundo Nonato Serrão dos Santos e Benedita Eliana da Paixão Souza, ele filho de Maria Elza Serrão dos Santos, e ela filha de Alcides Marques de Souza e Euridice Paixão de Souza, solteira. Aldemir do Amaral Teixeira e Edna Catarina de Souza Alvares, ele filho de Alcino Dias Teixeira e Ilka Dolly do Amaral Teixeira, ela filha de José Rodrigues Alvarez e Maria Alba Ferreira de Souza, solteira. Antonio Campos Serio e Rosa Maria dos Santos Silva, ele filho de Franco de Miranda Sêrio e Maria Campos Serio, ela filha de João Felizardo da Silva e Ana Maria dos Santos, solteira. João Luiz Danin de Melo e Argentina Teixeira Mokarzel, ele filho de Newton Julio Ferreira de Melo e Maria Cristina Danin de Melo, ela filha de Alfredo Ibanez Mokarzel Junior e Maria Domingas Teixeira Mokarzel, solteira. Ivan Sebastião de Souza e Silva e Mirtes Izabel Fernandes dos Santos, ele filho de Argemiro Rui da Silva e Aurelina de Souza e Silva, ela filha de Manoel Dias dos Santos e Maria de Lourdes Fernandes dos Santos, solteira. Jonas Cerqueira de Araujo e Margarida da Silva Gobson, ele filho de Telemaco Araujo e Salviana Cerqueira de Araujo, ela filha de Amélio Gobson e Nazaré da Silva Gobson, solteira. Danilo Feiten e Izilda Aparecida Rodrigues, ele filho de Rubens Feiten e Siria Hon Feiten, ela filha de Argemiro Rodrigues e Maria de Lourdes Nardi Rodrigues, solteira. Lazaro Rodrigues de Oliveira e Raimunda Santos Guedes, ele filho de Wagner Magalhães de Oliveira e Maria Rodrigues de Oliveira, ela filha de Armando de Souza Guedes e Raimunda Bastos Guedes, solteira. Carlos Alberto Medeiros Gonçalves e Maria de Lourdes Rodrigues Lopes, ele filho de Luiz dos Reis Gonçalves e Terezinha Medeiros Gonçalves, ela filha de Maria Marcelina Rodrigues Lopes, solteira. Antonio Carlos da Costa Silva e Maria das Graças Monteiro, ele filho de Augustinho Lisboa da Costa e Raimundo Torres da Costa, ela filha de Francisco Monteiro e Evaristo Monteiro, solteira. Se alguém souber de impedimentos, denuncie-os para fins de direito. Belém, 13 de fevereiro de 1974. E eu, Edith Puga Garcia, escrevente juramentada, assino. — (a) EDITH PUGA GARCIA.

(T. n. 20810 — Reg. n. 491 — Dia 15.2.74)

REPARTIÇÃO CRIMINAL PODER JUDICIÁRIO

EDITAL

O Doutor Ernani Mindelo Garcia, 1º Pretor Criminal, no uso de suas atribuições legais, etc.,

Faz saber a todos que o presente Edital lerem ou dele conhecimento tiverem que pelo dr. 1º Promotor Público foi denunciada Ana Celia Sena da Silva, paraense, solteira, doméstica, residente nesta cidade, incurso nas sanções punitivas do art. 129 do Código Penal.

Como não foi encontrada para ser citada pessoalmente, mandou expedir o presente Edital para que compareça nesta 1ª. Pretoria Criminal, 2º andar do Palácio da Justiça, no dia 07 de março próximo, às 10 hs., a fim de ser interrogado acerca do crime de lesões leves de que é acusada.

Cumpra-se.

Belém, 11 de fevereiro de 1974. — Marta Inês Lima, escrivã, o datilografei e subscrevi. — (a) ERNANI MINDELO GARCIA, 1º Pretor Criminal.

(G. — Reg. n. 477)

EDITAL

O Doutor Ernani Mindelo Garcia, 1º Pretor Criminal, no uso de suas atribuições legais, etc.,

Faz saber a todos quanto o presente Edital lerem ou dele conhecimento tiverem que pelo dr. 1º Promotor Público foi denunciado Leonildo Alfaia, brasileiro, paraense, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade incurso nas sanções punitivas do art. 129 do Código Penal.

Como não foi encontrado para ser citado pessoalmente mandou expedir o presente Edital, para que compareça nesta 1ª. Pretoria Criminal, 2º andar do Palácio da Justiça, no dia 04 de março próximo, às 9 hs., para ser interrogado acerca do crime de lesões leves de que é acusado.

Cumpra-se.

Belém, 07 de fevereiro de 1974. — Marta Inês Lima, escrivã, o datilografei e subscrevi. — (a) ERNANI MINDELO GARCIA, 1º Pretor Criminal.

(G. — Reg. n. 477)

EDITAL

O Doutor Ernani Mindelo Garcia, 1º Pretor Criminal, no uso de suas atribuições legais, etc.,

Faz saber a todos quanto o presente Edital lerem ou dele conhecimento tiverem que pelo doutor 1º Promotor Público foi denunciado Inácio Carlos Soares de Araújo, paraibano, solteiro, comerciante, com 51 anos de idade, residente e domiciliado nesta cidade, incurso nas sanções punitivas dos arts. 19 e 28 da Lei das Contravenções Penais.

Como não foi encontrado para ser citado pessoalmente mandou expedir o presente Edital para que compareça nesta 1ª. Pretoria Criminal, 2º andar do Palácio da Justiça, no dia 04 de março, às 9 hs. e 30 min., a fim de ser interrogado acerca do delito de infração contravençional de que é acusado.

Cumpra-se.

Belém, 07 de fevereiro de 1974. — Marta Inês Lima, escrivã, o datilografei e subscrevi. — (a) ERNANI MINDELO GARCIA, 1º Pretor Criminal.

(G. — Reg. n. 477)

EDITAL DE CITAÇÃO

O Doutor Ernani Mindelo Garcia, 1º Pretor Criminal, no uso de suas atribuições legais, etc.,

Faz saber a todos que o presente edital lerem ou dele conhecimento tiverem que pelo dr. 1º Promotor Público foi denunciado Carlos Brasil Bittencourt Castro, paraense, casado, motorista, residente nesta cidade, incurso nas sanções punitivas do art. 129 § 6º do Código Penal.

Como não foi encontrado para ser citado

pessoalmente, mandou expedir o presente Edital para que compareça nesta 1ª. Pretoria Criminal, 2º andar do Palácio da Justiça, no dia 07 de março, às 9 hs., a fim de ser interrogado acerca do crime de lesões culposas de que é acusado.

Cumpra-se.

Belém, 11 de fevereiro de 1974. — Marta Inês Lima, escrivã, o datilografei e subs. crevi. — (a) ERNANI MINDELO GARCIA, 1º Pretor Criminal.

(G. — Reg. n. 477)

EDITAL

O Doutor Ernani Mindelo Garcia, 1º Pretor Criminal, no uso de suas atribuições legais, etc.,
Faz saber a todos quanto o presente Edi-

tal terem ou dele conhecimento tiverem que pelo dr. 2º Promotor Público foi denunciada Leda Maria Dantas Medeiros, riograndense, solteira, residente nesta cidade, incurso nas sanções 129 do Código Penal.

Como não foi encontrada para ser citada pessoalmente, mandou expedir o presente Edital para que compareça nesta 1ª. Pretoria Criminal, 2º andar do Palácio da Justiça, no dia 07 de março próximo, às 11 hs., a fim de ser interrogada acerca do crime de lesões leves de que é acusada.

Cumpra-se.

Belém, 11 de fevereiro de 1974. — Marta Inês Lima, escrivã, o datilografei e subs. crevi. — (a) ERNANI MINDELO GARCIA, 1º Pretor Criminal.

(G. — Reg. n. 477)

ATOS JUDICIAIS

4a. VARA CÍVEL Escrivã do 6.º Ofício

Ação Executiva movida por Alcebiades Manoel Gama de Moraes (adv. Arthur C. Mello), contra Laide Farage.

Dispositivo da sentença prolatada pela Dra. Juíza de Direito da 4a. Vara Cível: — “Julgo válida e subsistente a penhora e condeno a ré ao pagamento do principal, custas processuais e honorários do advogado do Autor, que arbitro em dez por cento (10%) sobre o valor da causa. P. I. R. 28.1.1974. (a) Maria Lúcia Gomes”.

(T. n. 20818 — Reg. n. 509 — Dia 15.2.74)

JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8.ª REGIÃO

2.ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, fica notificado Buren Ellison Brice, a comparecer no dia 26 (vinte e seis) de março de 1974 às 15:30 horas, na sede desta 2a. Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, à Trav. D. Pedro I, 750 — 3o. andar — 2o. bloco, quando será realizada a audiência de abertura da instrução do processo n. 2a. JCJ—908 e 960/73, em que João do Socorro Ambrósio da Silva (menor accomp. de responsável) reclama: Aviso Prévio Cr\$ 64,00, Férias — Cr\$ 66,50, Grat. de Natal — Cr\$ 100,00, num total líquido de Cr\$ 230,50 e FGTS, Salários e Baixa na C. do Trabalho ilíquido e Pedro dos Santos Silva reclama: Dif. de Av. Prévio — Cr\$ 10,32, Férias Cr\$ 206,40 Grat. de Natal — Cr\$ 232,20, Sal. Família 1 dep. x 4m — Cr\$ 48,00, num total líquido de Cr\$ 496,92 e FGTS e Baixa na C. do Trabalho ilíquidos.

Nessa audiência V. Sa. deverá oferecer as provas que julgar necessárias, constantes de documentos e testemunhas estas no máximo de três (3).

O não comparecimento de V. Sa. na referida audiência importará no julgamento da questão a sua revelia e na aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato.

Nessa audiência deverá V. Sa. estar presente, sendo-lhe facultado fazer-se substituir por um preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente.

Secretaria da 2a. JCJ de Belém, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e setenta e quatro.

Geraldo Soares Dantas
Chefe de Secretaria

(G. Reg. n. 480)

3.ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

Processo n. 3a. JCJ—989/72

Reclamante: Ferdinando Ferreira Braga
Reclamado: Fernando & Teixeira

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Pelo presente Edital, fica notificado o Senhor Ferdinando Ferreira Braga, com endereço incerto e não sabido, reclamante no proces-

so n. 3a. JCJ—989/72, em que Fernando & Teixeira é reclamado, para comparecer na Secretaria desta Junta, a fim de depositar no prazo de cinco (5) dias, a importância de Cr\$ 203,20 (duzentos e três cruzeiros e vinte centavos), correspondente as custas do referido processo.

Secretaria da Terceira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, em 11 de fevereiro de 1974.

Maria das Mercês Neto Pereira
Chefe de Secretaria

EDITAL DE PRAÇA, COM PRAZO DE 20 DIAS

O Doutor Juiz do Trabalho, Presidente da 3a. Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, Hermes Afonso Tubinambá Neto.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele notícia tiverem que, no dia 20 de março de 1974, às 14:15 horas, na sede desta Junta, à Trav. D. Pedro I, n. 750, será levado a público pregão de venda e arrematação, o bem penhorado na execução movida por Raimundo Gomes Ribeiro, contra Construções Amazônia S. A. — CONAMA (processo 3a. JCJ—1.137/73, e que é o seguinte:

1 (uma) sala localizada no edifício J. Dias Paes, à Av. Pte. Vargas n. 251, perímetro compreendido entre as ruas 28 de Setembro e Manoel Barata. Referida sala está coletada sob o n. 208 e possui as seguintes dimensões: 3,75m de frente por 7,50m de fundos, perfazendo uma área de 28,12m²; piso revestido em tacos de acapú e pau amarelo, contendo janelas para a rua Frei Gil de Vila Nova, avaliada em Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

Quem pretender arrematar dito bem deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no “Diário da Justiça” e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Belém, 11 de fevereiro de 1974. Eu, Elizabeth P. Cruz, datilografei. E eu, Maria das Mercês Pereira, Chefe de Secretaria, subscrevo.

Dr. Hermes Afonso Tubinambá Neto
Juiz do Trabalho, Substituto Presidindo
a 3a. JCJ de Belém

EDITAL DE PRAÇA, COM PRAZO DE 20 DIAS

O Doutor Juiz do Trabalho, Presidente da 3a. Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, Hermes Afonso Tubinambá Neto.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele notícia tiverem que, no dia 21 de março de 1974, às 14:15 horas, na sede desta Junta, à Trav. D. Pedro I, n. 750, serão levados a público pregão de venda e arrematação, os bens penhorados na execução movida por Jesus Militino Pereira de Souza, contra Construtora Gualo S. A. processo 3a. JCJ—999/73 e 1045/73, e que são os seguintes:

- 1 (uma) máquina de escrever OLIVETTI elétrica Tekne — 13”, n. 100988 avaliada em Cr\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos cruzeiros);
- 1 (uma) máquina de calcular, elétrica, marca OLIVETTI n. 99517918, avaliada em Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros);
- 1 (uma) máquina de escrever OLIVETTI lexikon 80, manual, avaliada em Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros);
- 1 (um) arquivo de aço marca EDUOLS, com 3 gavetões e 2 gavetas, avaliado em Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros);
- 1 (uma) mesa, tipo executiva, em madeira jacarandá, com armação em alumínio, possuindo 6 gavetas, avaliada em Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros).

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no “Diário da Justiça” e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Belém, 11 de fevereiro de 1974. Eu, Elizabeth P. Cruz, Of. de Adm. 16, datilografei. E eu, Maria das Mercês Pereira, Chefe de Secretaria, subscrevo.

Dr. Hermes Afonso Tubinambá Neto
Juiz do Trabalho, Substituto Presidindo
a 3a. JCJ de Belém

(G. Reg. n. 488)

Processo 3a. JCJ—936/73
Reclamante: Levi Alves de Castro
Reclamada: Buren Ellison Brice

EDITAL DE CITAÇÃO

Pelo presente edital fica Citado o Senhor Buren Ellison Brice, com endereço incerto e não sabido, para pagar, em quarenta e oito (48) horas, ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de Cr\$ 1.037,50 (hum mil trinta e sete cruzeiros e cinquenta centavos), devida nos termos da sentença prolatada, por esta Junta, nos autos do processo 3a. JCJ—936/73, em que é reclamado o Senhor acima citado e reclamante Levi Alves de Castro.

Caso não pague e nem garanta a execução no prazo supra, proceder-se-á à penhora em tantos bens quantos bastem para integral pagamento da dívida.

O que cumpra, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos onze dias do mês de fevereiro de mil novecentos e setenta e quatro. Eu, Elizabeth P. Cruz, Of. de Adm. 16, datilografei. E eu, Maria das Mercês Pereira, Chefe da Secretaria, subscrevi.

Dr. Hermes Afonso Tubinambá Neto
Juiz do Trabalho, Substituto Presidindo
a 3a. JCJ de Belém

(G. Reg. n. 488)

5.ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM

EDITAL DE CITAÇÃO — PRAZO DE VINTE (20) DIAS

Pelo presente Edital, fica citado Francis de Pereira da Silva, que se encontra em lugar incerto e não sabido, de que deverá pagar em quarenta e oito horas (48 hs.), ou garantir a execução, sob pena de penhora, a quantia de Cr\$ 70,40 (setenta cruzeiros e quarenta centavos), correspondente às custas do processo número 5a. JCJ—933/73, em que é reclamante executado, e em que é exequente a Fazenda Nacional, conforme decisão da Junta em audiência do dia 17 de dezembro de 1973, do seguinte teor: "Ausente o reclamante, a Junta houve por bem decretar o arquivamento da presente reclamatória, condenando-o às custas de Cr\$ 50,40 sobre o total dos pedidos líquidos, mais Cr\$ 20,00 sobre 200 ditos arbitrados para as parcelas ilíquidas pleiteadas, no total de Cr\$ 70,40".

Caso não pague nem garanta a execução, proceder-se-á à penhora em tantos bens quantos bastem para integral pagamento da dívida. O que cumpra-se, na forma da lei. Belém, 11 de fevereiro de 1974. Eu, José Alexandre de Mello Junior, Auxiliar Judiciário PJ—6, datilografei. E eu, Lucinda Irene de Barros Ferreira, Chefe de Secretaria, subscrevi.

Platão Barros
Juiz do Trabalho Presidente
da 5a. JCJ de Belém

(G. Reg. n. 482)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO — PRAZO DE VINTE (20) DIAS

Pelo presente Edital, fica notificado o Senhor Manoel dos Santos Martins Antunes, que

se encontra em lugar incerto e ignorado, reclamante nos autos do processo número 5a. JCJ—893/73, em que é reclamado Walter Orlando Negrão Guimarães, Litisconsorte Madeireira Jaguarari Ltda., para ciência da decisão proferida por esta Junta, do teor seguinte: "Resolve esta Junta a unanimidade, julgar totalmente improcedente a reclamação feita contra Walter Orlando Negrão Guimarães. Custas pelo reclamante, sobre o valor do pedido que se arbitra em Cr\$ 1.000,00, na quantia de Cr\$ 74,40, das quais fica isento na forma da lei". Dado e passado nesta cidade de Belém do Pará, aos onze dias do mês de fevereiro de 1974. Eu, Jaime dos Anjos, Auxiliar de Portaria PJ-12, datilografei. E eu, Lucinda Ferreira, Chefe de Secretaria subscrevi.

V I S T O:

Platão Barros
Juiz do Trabalho Presidente
da 5a. JCJ de Belém

(G. Reg. n. 482)

EDITAL DE PRAÇA, COM PRAZO DE 20 DIAS

O Doutor Platão Barros, Juiz do Trabalho, Presidente da 5a. Junta de Conciliação e Julgamento de Belém.

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem, ou dele notícia tiverem que, no dia 26 de março de 1974, às 16 horas, na sede desta Junta, à Trav. D. Pedro I, n. 750, serão levados a público pregão de venda e arrematação, a quem oferecer o maior lance actima da avaliação os bens penhorados na execução movida por Juarez Silva de Oliveira, contra Construtora Maracanã, Proc. n. 59/73, bens esses encontrados no Depósito desta Justiça. e que são os seguintes:

"Uma (1) carteira de madeira, com seis (6) gavetas laterais e uma (1) central, na cor marrom escura, no estado. Valor atribuído: Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros)".

"Um (1) ventilador marca General Elétrico, na cor marrom clara e escura, no estado. Valor atribuído: Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros)".

"Uma (1) máquina de escrever marca UNDERWOOD, na cor verde escura, número CA—2670269, no esta. Valor atribuído: Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros)".

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20% (vinte por cento) de seu valor. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, é passado o presente Edital, que será publicado no "Diário da Justiça" e afixado no lugar de costume, na sede desta Junta. Belém, 8 de fevereiro de 1974. Eu, José Alexandre de Mello Jr., datilografei. E eu, Lucinda Irene de Barros Ferreira, Chefe de Secretaria da 5a. JCJ de Belém.

Platão Barros
Juiz do Trabalho Presidente
da 5a. JCJ de Belém

(G. Reg. n. 481)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8.ª REGIÃO

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região e da Comissão do Concurso C—75, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que a Comissão do Concurso C—75 para provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto da 8a. Região, em sua reunião de 11 de dezembro de 1973, deliberou sobre a composição das Comissões Examinadoras do referido Concurso, na forma do artigo 20 das Instruções respectivas;

Considerando que o Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região, em sessão de 12 de dezembro de 1973, aprovou as Comissões Examinadoras escolhidas pela Comissão do Concurso C—75.

RESOLVE: designar as Comissões Examinadoras do Concurso C—75, para provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto da 8a. Região, da seguinte maneira:

a) COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO.

Presidente: Juiz Doutor Edgard Olyntho Contente

Membros: Juiz Doutor Raul Sento-Sé Gravatá e Doutor Armando Marques Gonçalves

b) COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA ESCRITA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL.

Presidente: Juiz Doutor Orlando Teixeira da Costa

Membros: Juiz Doutor Rider Nogueira de Brito e Doutor Armando Marques Gonçalves

c) COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA PRÁTICA

Presidente: Juiz Doutor Raul Sento-Sé Gravatá

Membros: Juiz Doutor Edgard Olyntho Contente e Doutor Armando Marques Gonçalves

d) COMISSÃO EXAMINADORA DA PROVA ORAL

Presidente: Juiz Doutor Orlando Teixeira da Costa

Membros: Juiz Dr. Rider Nogueira de Brito e Doutor Armando Marques Gonçalves

Publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.

Orlando Teixeira da Costa
Presidente do TRT da 8a. Região e da
Comissão do Concurso C—75

(G. Reg. n. 485)

PORTARIA N. 44 DE 11 DE FEVEREIRO DE 1974

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região no uso de suas atribuições legais, e

Tendo em vista o que consta do Processo número TRT P—114/74,

RESOLVE:

Fixar o período de 11 de março a 11 de maio do corrente ano, a fim de que a Oficiala Judiciária símbolo PJ—3, do Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da Oitava Região, Rígel Klautau Guerreiro da Silva, goze o terceiro bimestre da licença especial referente ao decênio 1954/64, nos termos do artigo 116 da Lei 1.711/52 e na forma das alíneas "b" e "c" do artigo 80. do Decreto número 38.204, de 03.11.55, que regulamentou a mesma licença.

Publique-se, dê-se ciência e cumpra-se.

Orlando Teixeira da Costa
Presidente

(G. Reg. n. 484)